

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 42

24 de janeiro de 2019

(17,11 h – 22,14 h)

Ordem do dia: Audição do Eng.º Nuno Ribeiro da Silva*, Presidente da
ENDESA Portugal

Presidente da Comissão: Luís Moreira Testa

Deputados:

Ana Passos (PS)

Jorge Costa (BE)

Duarte Alves (PCP)

Joel Sá (PSD)

Hugo Costa (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

António Cardoso (PS)

*Apresentação em *PowerPoint*

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Muito boa tarde a todos.

Cumprido o quórum de funcionamento, vamos dar início aos trabalhos da sessão de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Hoje vamos proceder à audição do Eng.º Nuno Ribeiro da Silva, Presidente da ENDESA Portugal.

O Sr. Engenheiro sabe que nesta Comissão começamos com a sua intervenção inicial com a duração de cerca de 15 minutos, tempo que o Sr. Engenheiro poderá gerir conforme melhor entender. Os grupos parlamentares têm uma ronda inicial de pergunta-resposta, com 8 minutos cada, em que para as respostas não há limite de tempo. Depois, passaremos a uma segunda ronda de 5 minutos para cada grupo parlamentar, com resposta conjunta aos grupos parlamentares e, se houver necessidade, haverá uma terceira ronda de 3 minutos por grupo parlamentar.

Sem mais delongas, até porque estas reuniões costumam estender-se, Sr. Engenheiro, faça favor de iniciar a sua intervenção inicial, após o que prosseguiremos com os trabalhos.

Agradecendo-lhe, desde já, tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva** ¹ (Presidente da ENDESA Portugal): — Boa tarde a todos. Vou fazer uma apresentação — que, aliás, tinha sido um pouco a indicação, a nota, que me tinham dado —, para fazer

¹ Apresentação em *PowerPoint*

uma apresentação que situe a ENDESA em Portugal e o tempo em que tem estado no nosso País, para contextualizar o que aqui me traz.

É sabido que a ENDESA é uma empresa que tem a sua génese em Espanha, a seguir à guerra civil espanhola, e que, entretanto, hoje integra o Grupo Enel, que é uma empresa italiana nesta área, o acionista de referência da ENDESA, que tem 70% do capital da ENDESA. De qualquer maneira, os números que vou apresentar não se referem ao Grupo Enel (Ente nazionale per l'energia elettrica), são específicos da atividade da empresa na Península Ibérica.

Trata-se de uma empresa com dimensão, sendo o primeiro operador em vendas de eletricidade e o segundo em vendas de gás. As vendas de eletricidade do Grupo são de cerca de 103 TWh, um bocado mais do que o dobro do consumo de eletricidade de todo o nosso País; as vendas de gás são cerca de 95 TWh, com cerca de 12,4 milhões de clientes. É também o primeiro operador em produção, de cerca de 78 TWh, aproximadamente uma vez e meia o consumo total de Portugal e dos quais — fazemos muita questão nisto — cerca de metade, hoje, já é com recurso a tecnologias não emitentes de CO₂.

A vida vai mudando e, entretanto, a ENDESA — de alguma maneira como outros grupos elétricos, gasistas, e agora também petrolíferos —, tem vindo a diversificar os seus negócios e, portanto, estamos numa fase muito esforçada de desenvolvimento de novos produtos e de novos serviços para os nossos clientes. Atualmente, entre outros aspetos, temos um empenho enorme em todo este processo da eletrificação da mobilidade, do chamado veículo elétrico, com cerca de 2000 postos de carregamento, infelizmente, só em Espanha, não temos em Portugal porque, no nosso País, as questões são mais complicadas para instalar os postos de carregamento, mas temos cerca de 1,8 milhões de clientes só na parte de serviços.

No que respeita à distribuição — que, como sabem, é um tema que também agora, no nosso País, está na agenda — temos cerca de 114 TWh de energia distribuída em Espanha, porque em Portugal o processo também tem sido mais conturbado, com cerca de 12 milhões de contadores chamados inteligentes instalados.

Portanto, o Grupo é, de facto, o maior operador em Espanha e na Península Ibérica, em termos de eletricidade e eletricidade e gás, digamos, embora não sendo o maior em gás.

Em Portugal — já lá iremos com um pouco mais de detalhe — a ENDESA começou a atuar em 1993, onde se tem mantido desde essa data. Basicamente, está estruturada nas duas áreas que estão abertas, digamos, dado que a distribuição e o transporte, como é sabido, são concessões que estão atribuídas à REN (Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.) e ao Grupo EDP (Energias de Portugal).

Portanto, nas duas áreas de atuação possíveis temos a ENDESA geração Portugal, que detém participações em duas centrais termoelétricas, dois grupos termoelétricos, a Elecgás, S.A., que são dois grupos a gás natural, chamados «ciclos combinados», e, na central a carvão do Pego, a Tejo Energia. Temos participações que não são maioritárias, embora no caso da Elecgás — depois, para a frente, também específico isso — somos nós que temos a responsabilidade de tomar toda a eletricidade produzida pelos grupos a gás.

Depois, há outras duas empresas que, no fundo, são empresas de apoio à Elecgás e à Tejo Energia: a Carbopego (Abastecimento de Combustíveis, S. A.), responsável pela compra do carvão, e a Pegop (Energia Elétrica, S.A.), empresa que faz a manutenção dos grupos. Temos, depois, a parte da comercialização, que nós chamamos ENDESA Energia Portugal, Sucursal.

Sem ser exaustivo, só para dar aqui um bocadinho o filme da presença do Grupo cá, em 1993 — e é curioso porque acabámos por ser sempre, de

alguma maneira, pioneiros à medida que ia havendo uma abertura de oportunidades no setor no nosso País —, em que a ENDESA foi ousada em dar o pontapé de saída de presença de empresas, que não os incumbentes nacionais, nas oportunidades que se iam criando.

Em 1993 entrámos — e, naturalmente, já trazia uma embalagem de trás em todo o processo negocial — formalmente em Portugal com uma participação relevante na Tejo Energia, minoritária, mas, de qualquer modo, de 39%.

Depois, quando começou o processo de liberalização do mercado, em 2002, criámos uma parceria, uma *joint venture*, com o Eng.º Belmiro de Azevedo na Sonae e estruturámos, então, duas empresas, uma a que chamávamos Sodesa, dedicada à comercialização, e outra que era mais na produção, a Térmica Portuguesa, que tinha como objeto e atividade a produção de eletricidade com recurso a centrais de cogeração e também a fontes da família das renováveis. Esta empresa veio a ser vendida em 2015 pela ENDESA e, portanto, deixámos de estar envolvidos nestes segmentos tecnológicos.

Em 2005 ainda tivemos o reforço da participação nestas sociedades de cogeração e também das renováveis, porque fomos comprar ao então Grupo Sacyr Somague o que existia nesse Grupo da chamada Somague Renováveis e Somague Ambiente, onde eu, aliás, à época, trabalhava, e constituiu-se a ENDESA geração Portugal.

Depois, em 2006, o consórcio dos concursos para atribuição de potência eólica, em que a ENDESA esteve envolvida no grupo que se apresentou a esse concurso, onde tinha uma participação não de 30, mas de 40%; a EDP tinha 40% e uma outra empresa, a Generg, tinha 20%, para além do tecnólogo da chamada Enercon. E, portanto, esse concurso foi ganho por este grupo e recebeu a incumbência de construir 1200 MW de potência eólica em Portugal.

Em 2007, há um certo arejo — que depois veio a ser travado, mas, enfim — e um certo estímulo para reforçar a presença de comercializadores no chamado mercado liberalizado e aí chegámos a ser a segunda comercializadora, a seguir ao incumbente, nomeadamente no segmento de empresas, como a ERSE classifica, de grandes consumidores industriais e trouxemos bastante agitação ao mercado, aliás, hoje somos o comercializadora que, nesse segmento, tem uma maior quota de mercado, superior mesmo ao Grupo EDP ou ao Grupo Iberdrola.

No entanto, com a turbulência ligada à ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) e depois ao ajustamento das tarifas, que levou à criação do défice tarifário, os operadores que estavam em mercado livre faliram e a Sonae desistiu da parceria porque desistiu do negócio — nada que nos tivesse zangado — e extinguiu-se a Sodesa (Comercialização de Energia, S.A.). Recordo que, no entanto, honrámos todos os contratos que tínhamos, embora pagando com língua de palmo.

Depois, em 2008, a ENDESA ficou com uma das barragens no Mondego do Plano Nacional de Barragens, chamada Girabolhos, que apanha os concelhos de Mangualde, Gouveia, Seia e Nelas e começámos o processo de operar os primórdios com vista à construção dessa barragem. Esse também foi um ano em que se iniciou a construção da central térmica a gás no Pego.

Em 2009, porque havia de novo condições para retomar a comercialização em mercado livre e também com um esforço grande, sobretudo nos segmentos de mercado de grandes consumidores, voltámos novamente e atingimos uma quota de mercado de cerca de 20%.

Em 2011, entrou em operação a central de ciclo combinado, isto é, os dois grupos de ciclo combinado.

Em 2013, também fomos pioneiros no fornecimento de gás em Portugal por via do terminal de Sines, porque, até então, o gás entrava em

Portugal, nomeadamente para as centrais elétricas, pelos tubos e não pelo terminal.

Em 2014, começámos a construção da barragem de Girabolhos.

Em 2015, foi quando a Endesa saiu da área da pequena cogeração, fora os ciclos combinados, e também da área das renováveis.

Depois, em 2016, acabámos por ser levados a cancelar o projeto da central no rio Mondego.

E, no ano passado, dentro da estratégia do grupo, lançou-se um novo segmento, que estamos a ver se consolidamos neste ano, a que chamamos Endesa X, que é dedicado essencialmente a novos serviços energéticos ao cliente.

Neste ano, estamos a acompanhar todo o processo relativo aos futuros concursos de concessão de redes de distribuição e estamos também a retomar a iniciativa no domínio das fontes renováveis, tendo em conta os parâmetros indicativos do esforço que no nosso País se pretende fazer, na linha do roteiro para a descarbonização 2050 e também, agora, do Plano Nacional Energia e Clima 2030.

Queremos ainda reforçar, caso se criem as condições e alguma clarificação, o grande empenho na questão da eletrificação da mobilidade e do veículo elétrico. Aliás, em Espanha, a Endesa é a empresa que tem, de longe, mais colaboradores, não só internamente, a nível de funcionários, a mover-se em soluções elétricas, em particular carros. Queremos também trazer essa nossa experiência e explorar essa oportunidade cá.

Os centros eletroprodutores estão, como disse, em Abrantes, no Pego, e, como referi, na central de ciclo combinado, temos 50% e temos um sócio com 50%. No entanto, nos acordos internos, com base num chamado «contrato de *tolling*», a Endesa é que toma toda a energia produzida nesta central e, depois, fazemos o despacho, em função das oportunidades que haja ou não para meter a eletricidade na rede.

No carvão, temos uma participação minoritária, de cerca de 43%, quase 44%, e, como é sabido e já foi várias vezes falado nesta Comissão, temos as redes energéticas nacionais a tomar a eletricidade que nos mandam produzir. Isto representou, em Portugal — em 2017 e em 2018, isto subiu um bocadinho —, uma produção de cerca de 16% do consumo nacional de eletricidade, ou seja, cerca de 4 TWh na Tejo e cerca de 3,6 TWh na central a gás.

Em suma, com dados mais recentes, na parte da comercialização, temos hoje à nossa responsabilidade cerca de 280 000 clientes e fornecemos cerca de 7 TWh de consumo nacional. Em termos de *ranking*, com base nos dados da ERSE, seremos o segundo comercializador a seguir ao incumbente, o que representará aproximadamente 17% da quota de mercado a nível global. No gás natural, temos cerca de 70 000 clientes, que correspondem a 5 TWh de consumo, e somos o quarto comercializador, com cerca de 13% da quota de mercado.

No *slide 9*, temos as atividades ligadas à presença da empresa no que diz respeito à chamada responsabilidade social, que não quis ilustrar com as questões que diariamente acontecem neste domínio.

Tivemos uma iniciativa interessante, nesta questão da divulgação da mobilidade elétrica, em que, pela primeira vez este ano, a segunda edição da Volta à Espanha incluiu Portugal e, por isso, passou a chamar-se Volta à Península Ibérica, o que se enquadra no nosso empenho em trazer e promover a mobilidade elétrica.

Depois, outro tipo de envolvimento são aqui ilustrados com a plantação de árvores, neste caso, no município de Gouveia, na sequência dos incêndios que flagelaram aquela zona.

Em que é que se enquadra a nossa estratégia atual e futura, não só a nível geral do grupo, mas, em particular, no nosso País, que é o que aqui interessa?

Em linha com os objetivos da União Europeia para 2030, naquelas três variáveis críticas que dizem respeito às emissões de gases com efeito de estufa, ao contributo das renováveis no consumo de energia final total — não só elétrica — e à melhoria da eficiência energética, temos uma estratégia industrial, como costumamos dizer, que se confina, naturalmente, como não podia deixar de ser, a estes objetivos gerais que Bruxelas adotou.

Nesse sentido, estamos bastante avançados em todo o processo de digitalização e modernização das redes, que estão a conhecer uma transformação muito acelerada em todos os processos, nas subestações, nos centros de controlo, com todos os desafios que se colocam, com a produção descentralizada, com os veículos elétricos enquanto consumidores e, no futuro, inclusivamente, funcionando como baterias e como injetores na rede.

Também em linha quer com os documentos da União Europeia quer com os nacionais, temos empenho em que o contributo da eletricidade na procura final de energia cresça. Como saberão, mesmo nos países mais eletrificados, digamos, a eletricidade não é mais do que 22% ou 23% do total da procura final de energia, ou seja, há três quartos da satisfação das nossas necessidades — da sociedade e das economias — que não são, ainda hoje, supridos sob a forma de eletricidade, mas que são combustíveis, em particular.

Portanto, é percecionado pela União Europeia que a descarbonização passa muito por a eletricidade ser mais usada na satisfação final, na energia final, na energia útil de que a sociedade necessita. Isto porque também já temos a experiência de a forma mais fácil de introduzir renováveis na satisfação da procura ser por via da eletricidade.

É mais fácil eu ter centrais a produzir eletricidade com base em barragens, ou aerogeradores, ou painéis solares que, depois, me alimentem 100 000 automóveis do que ter 100 000 automóveis a usar biocombustíveis

ou painéis solares no tejadilho — também há essa experiência —, para fugirem aos derivados do petróleo.

Tal implicaria um aprofundar do uso de eletricidade, coisa que não acontece há 15 anos nos países mais desenvolvidos, onde os sistemas elétricos já são maduros, porque não houve novas adesões à eletricidade no consumo final. Portanto, o consumo de eletricidade não subiu, o que subiu até foi mais o uso dos derivados do petróleo. Este é um tema interessante e importante e, se tiverem interesse, poderemos debatê-lo.

Claro que a questão da mobilidade elétrica é um enorme desafio. Temos um problema de «ovo e galinha», que é este: não há infraestrutura, não há confiança em comprar veículos elétricos; não há veículos elétricos, não há estrutura.

Na altura, quando estive no Governo, lidei um bocadinho com isto, de forma muito menos exigente, quando se colocava a questão de introduzir os combustíveis sem chumbo — gasolina sem chumbo, etc. Também era o mesmo problema: os postos de abastecimento não tinham e as refinarias não produziam gasolina sem chumbo, na logística das ilhas das bombas, não havia tanques para este novo combustível e, portanto, as pessoas também não compravam carros com catalisador.

É uma questão típica, agora com mais implicações, neste caso da mobilidade e da mudança do motor de combustão para o motor elétrico. É um problema típico de mudança de tecnologias e de evolução do sistema.

Temos também a questão das renováveis e todo o papel que lhe estará reservado para atingir precisamente estes objetivos de descarbonização e de transição energética.

E, depois, há outros projetos ligados a redes e interligações. A questão do emergir das baterias como acumuladores e como reservas do sistema é um processo em que estamos também muito envolvidos, em que temos desenvolvido imenso trabalho, em particular em ilhas e em sistemas

insulares no Mediterrâneo, na Itália, na Espanha, na França, etc., e em que temos estado em contacto com a empresa de eletricidade dos Açores e a empresa elétrica da Madeira.

Portanto, os pilares estratégicos, em linha com os objetivos de Bruxelas e os nacionais que foram agora anunciados, assentam nisto: na descarbonização, nas redes mais inteligentes, naturalmente, num foco crescente no cliente e em trazer eficiência e diminuição de custos.

Na descarbonização, isso faz-se por via do uso de tecnologias não contaminantes, não emitentes, nomeadamente, de CO₂.

No que respeita às redes inteligentes, há todo um quadro sem fim de novas oportunidades. Mesmo as indústrias e as empresas que estão neste setor se surpreendem a cada dia com novidades, novos *gadgets*, novas soluções e novas ideias para tornar as redes... Se estas serão inteligentes, as outras eram burras!...

Mas costumamos dizer que é passar de um cabo que é um *pipeline*, que é, no fundo, um tubo, para uma plataforma. É isso que as redes tenderão a ser, no futuro: uma coisa complexa, muito exigente e menos propriamente o cabo dirigido de *a b* para levar os eletrões.

Tudo isto implica digitalização das redes, sensores por todo o lado e mais algum e aumentar a eficiência e a segurança das redes elétricas.

Sobre a questão do foco no cliente, queremos consolidar a nossa presença no mercado, que, como disse, tem já alguma expressão; há novos modelos de negócio, nomeadamente os chamados clientes produtivos, ou seja, as empresas, os serviços, a indústria, etc. são mais exigentes em termos de soluções criativas para pouparem e terem melhor controlo dos seus custos de produção para o futuro a dois anos, ou mais, e, portanto, exigem novas soluções e nova sofisticação na oferta de eletricidade e de gás.

A digitalização tem uma importância enorme, porque não só permite uma relação mais íntima com os clientes, uma relação mais transparente,

mais clara e mais próxima como também pode, deve ser e é, uma forma de diminuir custos em toda a operação da relação do cliente com o comercializador.

Neste ponto o aspeto dos contadores inteligentes é muito relevante, porque sem os contadores inteligentes, de facto, ficamos com uma estrada onde, depois, falta a ponte de interação e de diálogo regular e fácil com o cliente, naturalmente que esta interação pode fazer-se por computador, por recurso às ferramentas hoje generalizadas, mas sem a questão do contador inteligente, que informe, regularmente e em tempo real, o cliente, esta interação e este processo dos frutos que se podem tirar da digitalização ficam, de alguma maneira, condicionados.

Sobre a melhoria de eficiência, que é uma preocupação que temos, a digitalização é a oportunidade de ser mais competitivo, de ser mais fiável na relação com o cliente e de ter menos enganar e menos hiatos, digamos assim.

Portanto, basicamente, é isto que queria transmitir sobre o que a Endesa está a fazer em Portugal e o que pretende vir a fazer.

Muito obrigado, pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Srs. Deputados, começamos, hoje, pelo Partido Socialista, dando a palavra à Sr.^a Deputada Ana Passos que dispõe de oito minutos.

Para que a colocação da pergunta e a resposta seja o mais fluente possível, vou procurar não interferir.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Passos.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como às Sr.^{as} e Srs. Deputados e ao Sr. Eng.^o Nuno Ribeiro da Silva, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sr. Engenheiro, quero agradecer-lhe a sua disponibilidade para estar aqui e os contributos que nos trouxe que acrescentam informação à nossa discussão nesta Comissão de Inquérito.

Vou começar por questioná-lo sobre o percurso profissional.

O Sr. Engenheiro está ligado à Endesa já há alguns anos. Desde quando é que iniciou essa sua ligação?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr.ª Deputada, com a Endesa, em 2005.

Em termos da minha trajetória profissional, eu sempre andei nisto... Era um bocadinho um tique de família, porque o meu avó e o meu pai sempre trabalharam na área da energia – se bem que eles mais na indústria petrolífera.

Eu fiz Engenharia e Economia, depois trabalhei na Mobil, tal como eles, depois, na pré-adesão, comecei a ir muito para Bruxelas, era professor, trabalhava na Mobil e, depois, Bruxelas.

Em 1987 fui convidado para a Secretária de Estado da Energia, estive no Governo em duas Legislaturas, depois estive aqui nesta Casa, como Deputado, saí para a Fundação Gulbenkian, para a Partex, que está ligada ao petróleo, depois fui para a Somague e, depois, quando a Endesa comprou à Somague parte da Somague, a chamada Somague Ambiente, nomeadamente a parte da energia, eu fui na «móbil», ou seja, fui para a Endesa com os ativos que a Endesa à época comprou à Somague e é onde estou desde 2005.

A Sr.ª **Ana Passos** (PS): — A questão que quero colocar-lhe a seguir é, precisamente, relacionada com o facto de ter sido Secretário de Estado da Energia.

Disse-me que iniciou estas funções em 1987 e a informação que tenho é que foi entre 1987 e 1993 Secretário de Estado da Energia e durante esse

período foi publicado o Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, que estabelece normas relativas à atividade de produção de energia elétrica por pessoas singulares ou por pessoas coletivas de direito público ou privado.

Este decreto-lei veio permitir a abertura ao setor privado da produção de eletricidade, embora, apenas, com base em centrais hídricas até 10 MW, as chamadas mini-hídricas.

A questão que lhe coloco é a seguinte: considera que o facto de ter sido, enquanto Secretário de Estado, um dos precursores da abertura ao setor privado da atividade de produção de eletricidade ajudou o desenrolar da sua atividade profissional?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr.ª Deputada, tenho dado a maior atenção a estes trabalhos e tenho ouvido muitas perguntas sobre as chamadas «portas giratórias».

Eu devo dizer que não girei nada, porque, primeiro, nunca fui militante de partido nenhum, estive em dois Governos, estive como Deputado, estive na Assembleia da Junta de Freguesia de Alcântara, mas nunca fui militante de partido nenhum... Colaborei pontualmente sobre estas coisas, que tenho obrigação de saber mais, quer com o Partido Socialista, quer com o PSD, quer com o CDS e até com outros grupos que nada tinham a ver com formações político-partidárias.

Como disse, eu já tinha nascido na energia... Portanto, não fui para a energia por ir para Secretário de Estado. Aliás, eu não gosto de dizer isto, mas foi uma coisa que... Eu não estava muito nessa, até porque não tinha envolvimento partidário e não era uma coisa que... Mas fi-lo com o maior entusiasmo e hoje faço um balanço extraordinário da experiência desses, como eu costumo dizer, meus 10 anos sabáticos de política ativa, fora os que tive antes do 25 de Abril mas por outras razões.

O que queria dizer-lhe é o seguinte... Aliás, deixe-me dizer-lhe uma outra coisa: eu saí um ano antes do fim do segundo Governo, porque, entretanto, o meu pai teve uma doença terminal e eu fui falar com o então Sr. Primeiro-Ministro a dizer-lhe que não podia continuar, pois tinha de acompanhar o meu pai.

Nesse jantar fui convidado – e o Sr. Primeiro-Ministro à época percebeu a situação – para, entre aspas, resolver o problema e ser Presidente da Gás de Portugal, ao que eu disse: «Ó, Sr. Primeiro-Ministro, a minha vida tem caminho, muito obrigado, seria...» O processo do gás natural tinha começado em Portugal, mas esse tipo de situações nunca me envolveu.

Na altura, tínhamos uma situação muito relevante e este diploma – que ainda hoje é um diploma que... – foi um diploma muito trabalhado, feito com muito, muito, muito, muito cuidado e daí a vida longa que teve.

Na altura, o contexto era o seguinte: a energia era um dos setores que estava confinado ao Estado, ao setor público, na Constituição e, portanto, não havia hipótese de haver iniciativa privada no setor energético.

Porquê a questão das mini-hídricas nesse diploma terem sido o foco? Por duas razões: uma é que as outras tecnologias não estavam também tão maduras como isso, nomeadamente o vento e o sol. O sol, sim, para aquecimento, mas não para produção de eletricidade, ao que agora se chama o fotovoltaico.

Eram tecnologias que ainda estavam em disseminação – aliás, eu estive muito envolvido num programa de pré-adesão em Bruxelas, de que Portugal já beneficiou, que era o chamado Programa Valoren, que era de valorização dos recursos endógenos renováveis, e, nessa altura, os aerogeradores e os painéis fotovoltaicos eram tecnologias que já não eram, digamos, de laboratório mas ainda estavam em disseminação, estavam ainda em processo de inovação, mas o hídrico não, o hídrico era uma velha e batida tecnologia.

Mas o que é que acontecia, além do mais, no nosso País? É que o sistema elétrico em Portugal começou por pequenas centrais hidroelétricas que se fizeram na Covilhã, para apoiar a indústria têxtil, que se fizeram em Vila Real de Trás-os-Montes, para ajudar alguns tipos de indústrias, moagens mais elaboradas, que não a moagem tradicional a vento, para apoiar as minas, etc.

Portanto, estas pequenas centrais hidroelétricas foram sendo contruídas em Portugal desde o final do século XIX e início do século XX e tínhamos umas dezenas dessas centrais que estavam abandonadas, porque, entretanto, à EDP, pública na altura, não interessavam, ou seja, interessavam mais à EDP grandes projetos, etc., e essas unidades estavam abandonadas, paradas.

Ora, é evidente que estando nós com uma enorme preocupação de mitigar a nossa vulnerabilidade, a nossa exposição à fatura de combustíveis, à volatilidade dos preços dos combustíveis, e, na altura, ainda apor cima não tínhamos gás natural e dependíamos em 85% do petróleo, a única coisa que tínhamos de produção nacional eram as grandes barragens e um bocadinho de biomassa mas, enfim, no uso tradicional das lenhas, que as pessoas iam recolher para cozinhar ou para aquecimento, era evidente que tínhamos ali um ativo, a que a EDP não ligava, e que era, ainda por cima, com todos os ingredientes interessantes, porque estava disseminado pelo País, tínhamos desde Vila Real, a Coimbra, por todo o lado onde havia um bocado de montanha e um bocado de água, e, então, o foco desse diploma foi, de facto, sobre as chamadas PCH, as pequenas centrais hídricas.

Portanto, a justificação foi essa; eram equipamentos abandonados, que à EDP não interessava... E, depois, é preciso um bocadinho perceber a cultura destas empresas... Eu fiz uma exigência: a EDP ou reabilitava essas centrais, ou, então, os direitos vinham para o Estado e este dava cobertura para poder ser entregue a alguém em leilão que se fizesse.

O que acontecia era que a EDP – e isto não é uma crítica à EDP, porque eu conheço a Endesa também e as empresas, as grandes empresas elétricas, são assim – tinha uma leitura de reabilitar pequenas barragens, pequenas coisas, pequenas hidroelétricas, como se tivesse a construir o Fridão ou uma megabarragem.

Recordo-me que a primeira que a EDP então decidiu pegar, para não perder os direitos, vem como uma equipa que tinha acabado de fazer uma grande barragem na Portela do Homem, lá em cima junto à fronteira com a Galiza, e em que tinha geólogos e não sei quê... Uma pequena central hidroelétrica é uma central tipicamente a fio de água em que não há propriamente grandes estudos a fazer da permeabilidade dos solos, da gestão da albufeira, da eutrofização da albufeira e essas coisas assim.

Portanto, fazia um bocado uma redução homotética do megaprojeto. Enfim, não estava na cultura, mas, de facto, era um ativo, como se veio a demonstrar, que podia dar um contributo e, ainda por cima, estávamos sob grande pressão, porque o consumo de eletricidade era enorme. Estávamos na franja em termos de segurança do sistema e, portanto, tivemos de deitar, de facto, mãos a todas as possibilidades. Essa foi uma experiência bem-sucedida.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Como acabou de nos mostrar, constata-se que o grupo Endesa tem interesses muito vastos no setor da energia constituindo-se como o primeiro operador em vendas de eletricidade, em produção e em distribuição. Afirmam-se como o segundo operador em vendas de gás e consideram-se o primeiro operador integrado a liderar a transição energética na Península Ibérica.

Curiosamente a Endesa entrou em Portugal através de uma participação de 38,9% na Tejo Energia em 1993, precisamente dois anos antes da publicação do Decreto-Lei de organização do sistema elétrico que

está na base da criação dos contratos de aquisição de energia, os denominados CAE. Esses contratos entre a REN e os produtores de energia, onde se inclui a Tejo Energia, garantiram-lhes a venda de uma quantidade definida da produção a preço garantido e o reembolso dos custos.

O que levou a Endesa a apostar na produção e comercialização de energia em Portugal já que a sua maior força estava em Espanha? Terão sido oferecidas melhores condições, tarifas mais vantajosas?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**. — Não. Vamos ao contexto à época.

Ao contrário de Portugal, a liberalização do sistema energético elétrico em Espanha passou por um processo de reparte compulsivo de ativos e de carteiras de clientes entre as elétricas que, na altura, aí operavam. Por exemplo, isso não aconteceu em Portugal e é, aliás, por isso que o incumbente em Portugal tem ainda mais de 85% da carteira de clientes nomeadamente domésticos. Em Espanha não há nenhum que tenha mais de 35% e a Endesa é o maior, apesar de tudo.

Na sequência desse processo de rearranjo que ocorreu em Espanha entre o que na altura eram os quatro grandes, ou melhor, as quatro empresas elétricas, gasistas relevantes em Espanha, o que é que aconteceu? Percebia-se... Recordo que era também o momento em que, em Bruxelas, havia discussões acesas com o nosso comissário Cardoso e Cunha, à época, sobre a alteração do paradigma dos grandes monopólios energéticos, integrados, etc. e sobre o chamado *unbundling*, a separação da feira energética e do fim dos monopólios públicos.

O que deu claramente o sinal às empresas do setor, nomeadamente à Endesa, que tinham de fazer pela vida, ou seja, que tinham de começar a ir procurar atividade num quadro em que o setor iniciava uma profunda transformação. Por exemplo, as empresas na altura perderam, como depois

veio a acontecer em Portugal com a EDP e a REN, a rede de transporte, mas, em Espanha, o processo foi mais doloroso, porque, como digo, houve um reparte compulsivo e um retirar de ativos, nomeadamente à Endesa que era a maior, nesse rearranjo do mercado.

A filosofia lá foi um bocadinho a da ideia de tentar pôr vários atores no mercado a partir ao mesmo tempo e não aceitar que já havia um ou dois que eram claramente dominantes, que já levavam três voltas de vantagem na pista, daí esse reparte.

Então, nesse contexto que se vivia já em Bruxelas e em Espanha também, houve o interesse numa operação que teve algum pioneirismo que foi o caso do Pego, como aqui já foi explicado, e que foi, realmente uma operação inédita à época ou com algum ineditismo, com algum pioneirismo, porque, depois, veio a ser replicada.

Essa foi a razão pela qual a Endesa se tentou agregar a esse consórcio que esteve no concurso, a um dos que esteve no concurso, e depois ficou envolvida na operação da central. Foi isso que levou...

Não existia nenhuma questão de «isto é mais rentável, deixo aqui para ir ali, porque esta é uma oportunidade especialmente interessante». Não. Não havia nada! Porque estávamos na fase de fim dos monopólios públicos integrados e exclusivos a atuar em cada país, porque o setor elétrico, ao contrário do setor petrolífero que, esse, sim, tem uma história de internacionalização, foi desenvolvido desde o início da eletrificação como uma empresa nacional que atua no país. Não havia experiências.

A ENEL era Itália, a Endesa, era Espanha, a EDP, quando foi criada, era Portugal, a EDF era França, a Tractebel era Bélgica. Não havia... Nem em Inglaterra era uma única empresa que atuava em todo o Reino Unido.

Portanto, foi, de facto, um tirar a tampa da panela e as empresas começarem todas a tentar reformatar os seus posicionamentos.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Em 1999, Portugal e Espanha assinam os primeiros acordos para a criação do mercado ibérico de energia, o MIBEL. Era uma situação que havia necessidade de conciliar com a situação dos CAE existente em Portugal.

Em 2004, Portugal informa a Comissão Europeia da sua intenção de antecipar a cessação dos CAE e de criar um mecanismo alternativo de compensação para os produtores de energia, os denominados CMEC.

Apenas a EDP Produção aceitou a cessação antecipada dos CAE, em cinco centrais térmicas e 27 centrais hídricas. A Tejo Energia e a Turbogás mantiveram os seus CAE.

Em 2007, com a entrada em funcionamento do MIBEL, os CMEC entram em vigor.

O Sr. Engenheiro conhece os pressupostos que sustentaram a decisão da Tejo Energia para transitar dos CAE para os CMEC? Teve alguma participação ou participou em alguma fase do processo de decisão relativamente a esta questão?

O Sr. Eng.^o **Nuno Ribeiro da Silva**: — De facto, não, porque, como digo, fui só em 2005 para a Endesa. Portanto, não tive.

Depois, naturalmente, acompanhei, sendo a Tejo Energia um ativo importante, durante alguns anos até como administrador não executivo pelo lado do acionista Endesa, a empresa. Mas, nesse processo da Tejo ser confrontada se aderiria ou não a passar do CAE que tinha para os CMEC, aí, não estava presente, não estava no setor. Nessa altura estava na Somague.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Nesta Comissão de Inquérito já muito se falou de um estudo elaborado pela ERSE onde se conclui que a passagem dos CAE para os CMEC das dezenas de centrais da EDP permitiu à EDP encaixar os 510 milhões de euros desde 2007.

Para além do estudo, muitas outras individualidades já aqui inquiridas concordaram com estas conclusões.

Na sua opinião, considera que os Governos à altura tencionaram tornar os contratos CMEC mais generosos para a EDP?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr.ª Deputada, é um aspeto... Até o nome desta Comissão das rendas excessivas... Há uma coisa que queria deixar claro: na Endesa, todo o tipo de atividades que desenvolvemos no nosso País, não temos uma renda sequer e muito menos, por definição, excessiva.

As únicas rendas excessivas que temos e que nos custam, até agora, enfim, têm-nos custado à volta de 20 milhões de euros por ano é termos de pagar CESE, a contribuição extraordinária sobre o setor energético. Temos de pagar a tarifa social, o chamado mecanismo *clawback* e agora, enfim, também a taxa extraordinária sobre o CO₂ e isso, para nós, representa um sucessivo acumular de custo de cerca de 20 milhões de euros.

Portanto, se me permite, dir-lhe-ia que conosco a única coisa que conheço de rendas excessivas é o que pagamos ao Estado, porque entrar não entra nada.

A Sr.ª **Ana Passos** (PS): — Qual a sua opinião relativamente à extensão das concessões das 27 barragens à EDP sem concurso público? Este processo de exploração das hidroelétricas foi claro ou considera que esconde aqui alguns interesses?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr.ª Deputada, na altura, declarei, aliás, era evidente... Na altura havia um concurso para operar o Alqueva e foi um concurso muito renhido em que, na fase final, estava a Iberdrola e a Endesa e a Iberdrola acabou por nos passar a perna, passo a

expressão, com, se bem me recordo, um compromisso de pagar 24 milhões de euros/ano por ficar a operar a barragem do Alqueva no que respeita à produção de hidroeletricidade.

Portanto, era evidente que havia interesse por parte de outros atores elétricos, em particular, digamos, dos grandes, no mercado nacional pela hidroeletricidade e pelas chamadas grandes barragens.

Acontece que, de facto, nesse processo da extensão, não fomos consultados. É sabido que o Governo optou por uma fórmula que julgo que foi uma negociação direta, não foi certamente um concurso. Só se estivéssemos muito distraídos é que não tínhamos dado por isso.

Realmente foi uma pena, gostávamos de ter participado. Julgo que, na altura, inclusivamente, transmiti a ideia de fazer alguns lotes até para não serem só os grandes, grandes a poderem eventualmente estar interessados.

Há questões técnicas que não são despiciendas e que é preciso ter em consideração. Por exemplo, aceito que pode ser algo *tricky*, complicada uma sequência de barragens como existe no rio Douro que é o caso mais maduro, ou seja, poder ficar um troço ou uma barragem na posse da empresa A e a barragem a jusante na posse da empresa B e a barragem a montante na posse da empresa C. Mas há maneiras de fazer isso. Mas, de facto, não fomos abordados.

O que é que há de, digamos, termo comparador ao valor que acabou por ser pago? Há esse caso do Alqueva e há um talvez mais relevante, que é o plano nacional de barragens, em que os prémios que foram pagos, os *lump sums* que foram pagos, pelas empresas que ficaram com a licença de desenvolver essas barragens — e estamos a falar de cerca de 1000 MW no total, não tenho um valor exatamente —, foram na ordem dos 600 milhões de euros. Atenção, porque eram barragens... Ainda não eram barragens, eram sítios, não é? Eram sítios. Ou seja, quem ficasse, como nós ficámos

com um, no caso de Girabolhos, com essa licença, pagava. No nosso caso, pagámos 35 milhões pela nossa, por Girabolhos.

Quem ficasse com esse direito ia ter de desenvolver todos os trabalhos, de confirmação de caudais, de confirmação geológica, o risco da construção, que derrapa ou não derrapa, etc. De qualquer maneira, o Estado, à época, nesses leilões, recolheu — tendo levado a leilão, de facto —, 600 milhões, um pouco mais até.

Portanto, isso pode dar uma ajuda, talvez, a ter um termo de comparação, relativamente ao valor pelo qual acabou por ser feita a extensão do domínio hídrico.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Na entrevista que deu à revista *Exame*, referiu que as diferenças de preço no setor energético incidem na fiscalidade. Aliás, afirmou que, e estou a citar, «o setor tornou-se, na Europa, na ‘vaca leiteira’ das finanças públicas». No seu entendimento, quais as alterações que deveriam ser adotadas?

O Sr. Eng.^o **Nuno Ribeiro da Silva**: — Há aqui dois planos.

Um plano é quando os Estados optam por tornar o setor energético num setor muito relevante na receita fiscal. Todos sabemos como é, pode-se taxar tudo o que mexe.

Como alguém dizia, a única certeza que temos é que da morte e dos impostos não nos livramos, em qualquer lado. Mas podemos pôr mais ovos na cesta *A* ou mais ovos na cesta *B*. Quando, por exemplo, fazemos — o que, de vez em quando vejo — a comparação dos preços da energia, da energia elétrica, do gás, ou dos derivados do petróleo, entre os países do continente americano — nomeadamente os Estados Unidos da América e tal — e os países europeus, essa diferença dos preços finais praticados aos consumidores decorre, essencialmente, de uma opção dos Estados europeus,

de porem muita carga fiscal sobre o setor energético, e da América do Norte, *latu sensu* — e não só América do Norte —, pôr pouca carga fiscal, muito menos carga fiscal, tipicamente um terço da carga fiscal que os Estados europeus colocaram desde há várias décadas, no produto energia.

Claro que o produto energia é muito aliciente para fiscalizar, porque é incontornável, todos temos de consumir, de usar energia, porque não há nada que se faça sem energia. Depois, tradicionalmente, estava polarizado em poucos atores que, ainda por cima, eram públicos; na generalidade eram monopólios públicos.

Portanto, aquilo era... Quando fui para o Governo tinha a tutela da EDP, da Galp — que ainda não era Galp, era Petrogal —, da Gás de Portugal, etc. etc., e aquilo era a maior repartição de coleta de impostos que o Ministério das Finanças tinha; ainda por cima certinho e a entrar direitinho nos cofres do Tesouro.

Portanto, houve, de facto, um encostar, digamos, dos Estados a olharem a energia como algo, produto ou serviço, muito interessante para a coleta.

Isso é uma opção e, nesse aspeto, diria que também não estamos muito distantes do resto dos países europeus. Mas a opção, noutros... Por exemplo, na Índia subsidiam-se os combustíveis, na Indonésia subsidiam-se os combustíveis, no Japão taxam-se brutalmente, ainda mais do que na Europa, portanto, tem que ver um bocado com estas opções de fundo.

Concretamente quanto à questão que a Deputada Ana Passos colocou: se me permitem, chamaria a atenção para o facto de ser um tema ao qual esta Casa deve, julgo eu, dar muita atenção. Isto porque num momento, no qual estamos, assumidamente, de transição energética, percebendo que não estamos em velocidade de cruzeiro e que vamos ter de arrepiar caminho, e que isso vai implicar pôr de lado uma série de — desculpe a expressão — tarecos, como as centrais a carvão e toda uma série de famílias tecnológicas

para migrarmos para outra sofisticação tecnológica — não só no caso concreto da eletricidade e das centrais elétricas, mas também das redes e toda a gestão do sistema elétrica — vamos ter necessidade de muito, muito, muito investimento.

Aliás, nos países europeus, e em Bruxelas, uma das grandes questões que está a ser discutida é... Ainda esta semana, em Espanha, está previsto que para seguir a transição energética deles, sejam necessários investimentos, só neste setor, na ordem dos 200 biliões por ano, o que é uma brutalidade, mesmo para Espanha; em Portugal tem-se falado em 20, 25, o que é uma brutalidade.

Mas relembro este aspeto porque, é o momento em que vai ser necessário reorientar, redesenhar, quase reconstruir o sistema elétrico de um país, e o sistema energético, em geral, também. É que se o veículo elétrico entra e substitui o veículo a combustão, há muito que mudar nas infraestruturas de abastecimento, nomeadamente nos veículos, sejam a combustão, sejam os elétricos — enfim, tudo isto, o gás veicular, etc. —; estamos aqui numa grande rotunda.

Mas, certamente, as coisas vão mudar e vamos, certamente, ter de pôr muito dinheiro, porque senão chegamos com o CO₂ a situações insustentáveis.

É muito importante olhar a fiscalidade sobre o setor energético, e olhar na aceção que me pareceu ler no comentário da Sr.^a Deputada, que é: o que é que mudaria? Ou seja, o que quero dizer? Numa economia de mercado, na qual estamos, como estamos, gostemos ou não, é essencialmente por via do jogo entre impostos/ subsídios — perdoe-me a expressão, cenoura/cacete —, que vamos ou não mobilizar e orientar os agentes económicos, e o próprio cidadão, para as opções desejáveis em termos de políticas desenhadas pelos países.

Portanto, deverei rever toda a coerência da fiscalidade que incide, nomeadamente, sobre a energia, no sentido de estruturar essa fiscalidade com mais ou menos receita, ou seja, posso redesenhar. E na minha opinião é necessário redesenhar, mesmo que se diga ao Sr. Ministro das Finanças: «Sr. Ministro, tem aqui o dinheirinho. Garanto-lhe que tem aqui o dinheirinho que teve no ano passado, não vai ter nem menos um cêntimo, nem mais um cêntimo, ...» — se se pode dizer isto — «... mas essa receita pode ser feita de uma maneira mais coerente e mais inteligente, com os objetivos que nos propomos, no 2030, no 2050, etc.», portanto, redesenhar.

É que temos, efetivamente, impostos que dão sinais contrários aos agentes económicos, no que respeita aos anunciados objetivos que temos em vista. E isto passa por tudo, passa pelas empresas.

Na minha empresa, queremos promover que os colaboradores usem o veículo elétrico. E tínhamos um esquema, como, em geral, as empresas têm, em que se dá uma contribuição para as gasolinas, e mais não sei quê. Mas não tínhamos um esquema em que déssemos uma contribuição para as pessoas carregarem eletricidade. Não damos eletricidade aos nossos colaboradores.

Obviamente que estamos a ir ao contrário do que dizemos, porque dizemos: «ah, e tal, veículo elétrico e nós, ainda por cima, temos de ser exemplares, porque somos uma empresa elétrica e isto é o futuro e tal...». E, no entanto, pago algum subsídio aos meus colaboradores para ele comprarem gasolina e gasóleo, mas não lhes dou... Digo-lhes «mas mudem para veículo elétrico, mas não há eletricidade à borla».

No caso, por exemplo,... Esta questão de com a ambição enorme que há, em termos de introduzir renováveis no sistema eletroprodutor, e, como sabem, estamos, inclusivamente, praticamente, já fora — espero que não seja por uma margem muito grande —, dos objetivos com os quais nos comprometemos para 2020; não os vamos cumprir.

Quando se faz um apelo para que haja uma maior contribuição das renováveis para o sistema eletroprodutor, e não só — e não só —, porque não é só pela eletricidade que chegamos aos objetivos, o que acontece é que se estende a CESE às renováveis. Ora isto é, claramente, um sinal ao contrário. É claramente um sinal ao contrário daquilo que... É um bocadinho «bem prega Frei Tomás», não é?

É neste sentido que digo que julgo — este é um dos exemplos, há outros que podia estar aqui a elencar — que é o momento associado. E devo dizer que faço parte do CNADS (Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), fui lá nomeado pelo Sr. Primeiro-Ministro, começámos a analisar o 2030, que vai ser apresentado dia 28, e uma das questões que vamos fazer, imediatamente, é: será que o terreno de partida é o terreno adequado para os objetivos que queremos atingir?

Ontem ocorreu-me esta imagem: quero ter um campeão de 5000 m daqui a quatro anos; se quero preparar esse campeão de 5000 m para daqui a quatro anos, tenho de ver que se ele está a calçar sandálias havaianas e se está a treinar numa pista de cascalho, não vai lá. Portanto, a primeira coisa que tenho de fazer, se quero ter esse campeão, é dizer: «bem, vamos criar as condições para que possamos ter alguém competitivo». Aqui é um tema, sublinho, muito importante para esta revisão da coerência da fiscalidade.

Em última análise, e como remate, de facto, não podemos dizer — e eu também tive disso —, um dia, que a energia é cara e tal e, ao mesmo tempo, sobrecarregarmos com mais e mais fiscalidades. Ou podemos fazer isso, mas temos de assumi-lo. Não podemos achar que esse tipo de sobrecarga não releva um custo para o cliente, para o consumidor, para o cidadão.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Vamos então passar às renováveis, uma vez que também já introduziu o tema.

Um dos pilares estratégicos da Endesa é a descarbonização, como nos mostrou há pouco, com objetivos específicos de investimento em energias renováveis e a ligação ou reforço com a nova capacidade renovável.

No ano passado, aquando da realização da Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, que decorreu em Bona, o nosso Governo comprometeu-se em encerrar, até 2030, as duas centrais produtoras de eletricidade a carvão – a de Sines e a do Pego –, sendo que o objetivo era o de até lá desenvolver-se a capacidade para produzir energia a partir de fontes alternativas.

Estamos perante um novo paradigma da energia e do ambiente que, inevitavelmente, se afirmará em Portugal e no resto do mundo e entraremos na era do desenvolvimento sustentável com as energias renováveis a contribuírem para o bem-estar e a preservação da Humanidade.

Acresce, ainda, o facto de os direitos da Tejo Energia sobre a central do Pego terminarem em 2021 com o encerramento obrigatório.

Como é que a Endesa está a encarar o encerramento da Central Termoelétrica do Pego já em 2021?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr.ª Deputada, essa é uma questão que estamos a analisar com o nosso sócio.

Nós, o grupo, em Espanha está confrontado com uma situação idêntica e tem opções de encerramento de algumas centrais a carvão em Espanha.

O que nos preocupa é se, o desígnio do Governo é o de, a partir de novembro de 2021, quando termina o nosso CAE, decidir que não há qualquer cenário de extensão, tendo em conta que a central, como já aqui foi explicado pela minha colega Beatriz Milne, até está bem equipada para cumprir com as especificidades das regras ambientais em NOx, em SOx, em partículas, etc., e decidir pelo encerramento em 2021, assim será, porque aí, terminando o CAE, de alguma maneira, a «bola» deixa de estar no nosso

campo, em termos de responsabilidade de termos a disponibilidade da central, que sempre foi a alma, digamos, que inspirou este CAE e esta operação.

Portanto, estamos a três anos, que não é muito tempo, mas estamos a imaginar todos os cenários, nomeadamente porque há uma preocupação que tem a ver com o facto de aquela central ser uma unidade industrial relevante naquela zona do Pego, de Abrantes e de Santarém.

Estamos, de facto, a equacionar e a estudar se, mais tarde ou mais cedo, o carvão sairá do sistema como saiu o fuelóleo, como saiu o mazute, etc. Se não for em 2021, será em 2022, em 2023, em 2024, e, nesse sentido, estamos a estudar, em completa linha com este *trend*, a possibilidade de poder aproveitar a unidade ou, pelo menos, aquele espaço para alguma geração renovável.

Tem-se falado, como já aqui foi dito, no uso de biomassas, biomassa florestal, o que é complexo – aliás, ainda ontem houve uma reunião de trabalho muito séria sobre este assunto na empresa –, mas pode haver também a possibilidade de vir a equacionar alguma coisa com outras tecnologias, como, por exemplo, o solar, etc.

Mas, há, da nossa parte, uma preocupação de, de repente, desaparecer um agente económico que tem trabalho qualificado, não é trabalho sazonal ou trabalho, passo a expressão, manhoso naquela zona.

Mas seguiremos as diretivas do Governo, obviamente. E a nossa responsabilidade, sob o ponto de vista de ter a central operacional, é até ao dia 30 de novembro de 2021. Por certo, vai ter de haver, não só da nossa parte, o aprofundamento de cenários e, por certo, vai ter de haver também conversas com o Governo.

Já agora, chamo a atenção, se me permite – e não quero alongar-me, porque isto, depois, entusiasma-me e nunca mais paro –, para o facto de

termos de estar muito atentos... E não é o papão e o diabo vem aí; é uma questão de termos atenção.

Tem-se falado muito, nestes últimos anos, e tem havido um grande conforto no sobre-equipamento no sistema eletroprodutor ibérico em geral. Essa situação tende a mudar de uma maneira muito rápida e muito agreste. Porquê? Porque grande parte da produção hoje na Península Ibérica ainda é suportada pelas centrais a carvão – aliás, até ao dia de ontem na Península Ibérica, e durante o mês de janeiro, as centrais a carvão, só as centrais a carvão, foram responsáveis por 36% da produção.

As centrais a carvão estão a ser desativadas, naturalmente, e vão ser muitos, muitos milhares de megawatts que vão sair do sistema, da rede ibérica, e, hoje, temos de pensar em Portugal e Espanha, porque a osmose é perfeita no MIBEL.

E há, ainda, e está em aberto, o tema das nucleares e da extensão ou não extensão de vida dos sete grupos nucleares em Espanha.

Portanto, a perspectiva, como digo, mais ano menos ano, mais volta aqui, mais volta ali, de retirar do sistema duas tecnologias, que ainda hoje são muito relevantes na produção de eletricidade e muito relevantes na garantia do sistema, na garantia de potência ao sistema e de segurança do sistema, é algo que irá erodir rapidamente o que é hoje um certo conforto e uma certa sobrecapacidade com que vivemos, pelo menos, na última década.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — A Endesa está interessada na instalação de centrais de produção de energia elétrica em Portugal a partir das fontes renováveis.

Considera que as redes de transportes estão aptas para o transporte desse aumento de energia a partir das fontes renováveis?

O Sr. Eng.^o **Nuno Ribeiro da Silva**: — Não, Sr.^a Deputada.

O que aconteceu no País é simples de perceber: ao contrário de, por exemplo em Espanha, e não vou agora comentar se foi uma sorte ou se foi um azar, as tecnologias renováveis, claramente, têm jogado num tripé: a água, o vento e o sol. O sol em Portugal atrasou-se muito. E nós temos sol em todo o lado, mas, sobretudo, nas Beiras, Alentejo e Algarve. O que é que aconteceu? Quer o hídrico, quer o vento, que é dominante no norte do país, levou durante estas duas últimas décadas, digamos, sobretudo na última década, a um grande esforço de desdobramento das redes.

As redes, que eram a grande central que produz para 2 milhões de pessoas e que, depois, levam os fios, o tal *pipeline* até as casas de Lisboa, ou do Porto, ou do Fundão, agora, com a produção descentralizada, tiveram de ganhar outra malha, outra filigrana, e, como o vento e a água estavam no norte-centro do País, onde a rede se desdobrou, chamemos-lhe assim, foi no centro-norte.

Como o sol, na altura, não se desenvolveu, como em Espanha desde há 15 anos, não houve tanta preocupação e, ainda por cima, como temos menos densidade populacional no sul o solar ficou para trás neste tripé.

Portanto, não houve a preocupação, ou não houve autorização, ao que sei, a certa altura, de começar a investir no tal malhamento da rede nas Beiras, Alentejo e Algarve e, hoje, temos esta situação caricatural que é... E isso aí, permitam-me que o diga, é uma falta de planeamento, é uma falta de visão, porque eu não posso estar a dar autorizações, ou o que seja, para se fazerem centrais fotovoltaicas sem, ao mesmo tempo, estar a ver se vamos ter rede para, depois, receber a energia produzida.

Ora, isso leva à situação em que hoje estamos – aliás, já aqui foi comentada pelo Sr. Ministro e pelo Sr. Secretário de Estado atual –, que é a de haver uma série de pessoas com licenças – não é o caso da Endesa – que não têm possibilidade de fazer interligação à rede e que andam a vender essas licenças ou que andam à procura de quem compre essas licenças, porque foi

feito um sorteio – que também foi uma coisa inédita – com um saco de bolas a ver quem tirava o número 1, o número 2, o número 3 para ver quem se ligava ao nó de rede, só que o nó de rede não tem capacidade para receber sequer 1 KWh à exceção do de Estremoz.

Portanto, temos um engarrafamento!

Se queremos, de facto, trazer solar para a rede, sobretudo nas zonas do País onde o recurso é mais abundante, temos de, rapidamente, desbloquear esta situação da rede e ter muito cuidado para não deixar que se crie – ou melhor, já está criado – um mercado especulativo à volta das licenças de autorizações para o solar.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Em novembro de 2018 o Sr. Engenheiro deu uma entrevista ao jornal *Expresso* no âmbito da tal campanha de promoção da mobilidade elétrica em Portugal de que falou há pouco, a Volta Ibérica, e nesta entrevista refere que a mobilidade elétrica pode baixar o preço médio da eletricidade.

Pode explicar-nos um pouco melhor esta sua afirmação?

O Sr. Eng.^o **Nuno Ribeiro da Silva**: — Se eu tivesse aqui um desenho era mais evidente e percebia-se logo, mas...

Sabemos todos que a procura de eletricidade ao longo do dia, ao longo da semana, ao longo do ano varia muito... Por exemplo: nós hoje tivemos picos de procura na ordem dos 8400 MW; no fim de semana tivemos 6000 MW; no verão andamos pelos 6000 MW, mesmo num dia de semana.

E, vamos lá ver: há um segundo no dia em que se atinge o zénite da procura de eletricidade e eu tenho de ter centrais para responder a esse segundo para não ter uma falha do sistema – dito de uma forma simples e breve.

Portanto, o que é que acontece? Acontece que tenho uma série de centrais que estão paradas durante uma boa parte do dia e até uma boa parte do ano, porque elas só estão ali de *backup*, para ir ajudar naquele momento em que a procura atingiu determinados picos.

Portanto, a amortização e a economia dessa central é muito pesada para o sistema, porque eu estou ali com não sei quantos megawatts instalados que eu utilizo 50 h, 100 h ou 1000 h das 8760 h/ano.

Por exemplo, a central de ciclo combinado que temos no Pego em 2014 funcionou zero segundos! Todo o ano de 2014: zero segundos!

O que é que me levou a dizer isto? É o seguinte: se eu tenho políticas, nomeadamente uma política de preços, que incentive os proprietários de veículos elétricos a carregar nas alturas em que o consumo é muito baixo, tipicamente à noite, em que uma data de centrais estão ociosas, estão à espera que chegue a ponta da manhã, das 8 horas da manhã, e depois, durante uma noite em que haja um Benfica-Sporting ou um Sporting-Porto, porque isso vê-se na rede, porque vai meter mais 1000 MW na rede por estar toda a gente a ver a telenovela, ou a ver o Benfica-Porto. É que vê-se mesmo...!

Posso dar uso a essas centrais ociosas durante a 1 hora da manhã até às 16 horas em que a procura é muito pequena e dar-lhes mais uso. Se lhes dou mais uso estou a amortizar, por mais quilowatts-hora ou megawatts-hora, o equipamento e o investimento que fiz. Estou a dar-lhes uma taxa de utilização maior, porque estou a carregar os carros à noite quando todas essas centrais estariam paradas. Portanto, estou a contribuir para a amortização dessas centrais e é nesse sentido.

Ou seja, é o que chamamos tornar um diagrama mais retangular, ter menos equipamentos ociosos muitas horas, ao longo do dia, ao longo do ano, ao longo da semana. É um diagrama que tipicamente se aqui for 0 horas, às 0 horas a procura vem aqui, às 7 horas começa a subir, tem um pico aqui

pelas 9 horas, 10 horas da manhã, depois estabiliza mais ou menos aqui até às 20 horas, sobe outra vez e desce para aqui às 24 horas.

Se tiver um diagrama assim, mais estável, menos volátil, consigo fazer um uso muito mais conseguido de toda a bateria de centrais em que tive de investir e que tive de construir, não é?

Portanto, posso passar uma central que tipicamente só entra no pico e que funciona por ano 500 horas para uma utilização de 1500 horas, 2000 horas ou por aí fora. É nesse sentido que ajuda a baixar o preço da eletricidade a eletrificação da mobilidade.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Relativamente à transmissão do terreno da central do Pego da REN para a Tejo Energia, temos informação de que este foi um processo que se iniciou em 2004 que teve a aptidão de transformar uma avaliação imobiliária de 157 milhões em 36 milhões, terminando com a empresa a adquirir, em 2007, por 23 milhões o referido terreno.

Sr. Engenheiro, a Endesa, entre 2004 e 2007, já era detentora de uma participação considerável na Tejo Energia. Participou neste processo de aquisição? Na sua opinião, este foi um bom negócio para a Tejo Energia? Considera a redução de 134 milhões de euros lesiva para o Estado e/ou para os consumidores?

O Sr. Eng.^o **Nuno Ribeiro da Silva**:— Não participei, repito, não participei. Creio que a minha colega Beatriz deu suficientes dados factuais e, em termos da explicação, relembro... Como digo, não estive envolvido neste processo.

O que me recordo que aconteceu e o que aconteceu foi... Bom, em primeiro lugar, havia... A Tejo tinha a obrigação de fazer a compra ou o aluguer desse terreno e foi confrontada com a vontade da REN de proceder à venda e ao encaixe de dinheiro.

Julgo que é capaz de ter sido interessante para a REN. Aliás, isso pode ver-se nos relatórios de contas da REN que, sendo uma empresa cotada, por certo tem esses relatórios públicos.

O que aconteceu foi que não houve propriamente, digamos, um pedido à Tejo de: «Quanto é que os senhores dão por isto?». Ou seja, houve um valor que nos foi comunicado, pelo qual, se quiséssemos comprar, comprávamos. E, no quadro de uma perspetiva, na altura — isto é de 2004, 2005, 2006 —, inclusivamente... Porque tínhamos a esperança, devo dizer, que a atividade da Tejo se ia prolongar para além de 2021. A central está um brinquinho, como gostamos de dizer. Claro que tem de fazer as suas manutenções, etc., mas a central está muito bem mantida pelos colegas da PEGOP.

A central está muito boa e, inclusivamente, sob o ponto de vista ambiental, dentro dos *standards*. O drama é que os sistemas de proteção ambiental não resolvem o problema do CO₂. Mas, no que respeita ao problema do enxofre, do azoto, do NO_x, do SO_x e das partículas, a central é muito moderna, se quiser, muito *performant*. E está perfeitamente dentro das especificações, muito abaixo, máximas de emissões que Bruxelas tem definido.

Portanto, a central é uma central que quase diria... Agora o CO₂ é que não resolvemos! É a Física!

Quase diria que é pena... Percebemos e estamos nessa, como diria o outro. É uma pena um... É a mesma coisa que desfazermo-nos de um carro que pode ser velho, em termos de idade, mas que está afinadinho e arranjadinho e até apetecia continuar com ele, mas, por qualquer razão, não pode ser.

É esse o quadro que temos. Ou seja, isto para ilustrar que também tivemos interesse em responder ao convite e ao preço que nos foi proposto

pela REN na ótica de vir a ser possível prolongar a vida útil da central para além de 2021.

Foi até nesse aspeto que inclusivamente assumimos o compromisso do desmantelamento da central ou da limpeza, melhor, do sítio. Não sei se foi um bom negócio, porque, na altura — isto, aliás, tem acontecido com muitas centrais, nomeadamente com as nucleares, tem sido um drama —, apontava-se que a limpeza do sítio, designadamente a zona toda da pilha de carvão, etc., poderia ser algo que custava à volta de 15 milhões de euros e hoje, manifestamente, não vai ser isso, vai ser muito mais.

Mas foi um risco que corremos.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Considera o valor dos 23 milhões justo? Mantém ainda essa esperança de que falou na manutenção da central e de ser o vosso brinquinho? Mantém ainda essa esperança de continuar após 2021?

O Sr. Eng.^o **Nuno Ribeiro da Silva**:— Quer dizer, não tenho esperança em termos de prolongamento estrutural da vida da central. Ou seja, como digo, aquilo pode ir... Não sei, hoje, nada... Os nossos direitos, a licença de produção acaba às 24 horas do dia 30 de novembro de 2021. Mas, quer dizer, essas coisas... Podem dizer: «Estamos num período de seca, em que é muito necessário... Estamos não sei quê...»

Esta central, desde que foi criada, funcionou 75% do tempo. É uma coisa extraordinária em termos de uma central. Desde o início da atividade e, a manter-se este ritmo, em 28 anos da concessão, é uma central que funcionou três quartos do tempo em pleno.

Pode haver ali, como dizia, o prolongar porque dá jeito ou então pode ser que, entretanto, surja uma ideia qualquer por parte nomeadamente do Governo de dar mais um tempo à central. Mas não depende de nós e, francamente, com tudo o que são os compromissos europeus e nacionais, em

termos da descarbonização e da transição energética, a central fica anacrónica, no sentido de ficar fora de jogo, como se diria e como aconteceu com os mazutes, com os gasóleos, com os fuelóleos, etc.

Portanto, não auguro, nesta tecnologia, grande futuro à central do Pego.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Passamos ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Eng.º Ribeiro da Silva.

Em primeiro lugar, enquanto ex-Secretário de Estado da Energia, no Governo em que era Ministro da tutela o Eng.º Mira Amaral, no momento da entrada do MIBEL, em 2007, o Eng.º Mira Amaral escreveu um artigo no *Expresso* que dizia o seguinte: «com a liberalização do sistema elétrico, havia que pôr as centrais da EDP em igualdade com as centrais privadas e por isso estendemos os CAE às centrais da EDP».

Esta questão da extensão dos CAE às centrais da EDP tem sido objeto de grande escrutínio aqui. Pergunto-lhe se considera hoje, olhando para trás, que foi correta a atribuição daqueles CAE às centrais da EDP, às barragens, e se a remuneração que foi estabelecida depois, para eles — bem sei que isso já não foi no âmbito do mandato do PSD —, foi correta e justa. Isto tendo em conta a remuneração que existia também para os produtores privados que tinham feito um investimento. A diferença era que uns fizeram um investimento de raiz e os outros já tinham centrais que, pelo menos, em grande parte, estavam já amortizadas.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**:— Sr. Deputado, se calhar li esse artigo na altura. Ele escreve muito.

Uma outra coisa, não sei... Ele deve ter assumido que a responsabilidade dele era fazer isso, porque assumia sempre muito a responsabilidade de coisas que se passavam.

Portanto, não sei, francamente. Mas entendo a questão, que, aliás, não aconteceu só em Portugal, das centrais, quando se quer o mercado aberto para deixar de haver o que chamávamos um bocadinho «os bilaterais», ou seja, produzo para vender. Mesmo que houvesse vários atores no mercado, o bilateral era um bocado: eu produzo, mas para mim, e eu vendo.

Este conceito era: há a produção que está separada da comercialização, e, portanto, os produtores lançam para o lago e, depois, os comercializadores vão pescar ao lago.

Nesse sentido, percebo que tivesse de haver uma forma qualquer de os proprietários de centrais terem, até por causa dos financiamentos e mais não sei quê— ainda por cima, num mercado que era uma coisa em que ninguém tinha experiência, porque toda a gente estava, pela primeira vez, a atirar-se à água — ou quererem ter alguma forma de não se atirarem à água sem boia e sem braçadeiras. Isso percebo.

Mas, francamente, se foi exagerado ou não, a minha questão é que não tenho acesso ao que proporciona a remuneração de um CAE seja hídrico, seja térmico, porque não tenho CAE! Não sei. Aliás, não CMEC.

Não sei o que é que as várias centrais, nomeadamente as hídricas que tinham mais tempo, em geral, e as térmicas que, na altura, existiam até já foram desativadas... Portanto, não sei até que ponto é que isso foi ou não vantajoso para, neste caso concreto, a EDP.

Depois, de alguma maneira, também, é verdade que a EDP era pública, portanto aquilo andava ali um bocadinho... Era sempre uma dificuldade que se tinha, era saber: «o que é o bolso de quê?» Porque, como a EDP era 100%

pública, o que não vinha do dinheiro, por exemplo, das tarifas ou de não sei quê, ia-se buscar aos impostos... Que era um problema que eu tinha... Quando a EDP estava em falência técnica absoluta, nos anos 80, quando ninguém pagava, as câmaras, a CP, os hospitais, as escolas, etc., eu pus metas à gestão e houve uma situação dramática onde não havia dinheiro; era garantias da República para haver luz, mas depois a gestão dizia: «pois, mas eu não cumpro isto, porque, entretanto, me exigiram que pagasse não sei quê... ou que estavam para me pagar e compensar... O Porto não paga, as câmaras em geral não pagam, e o Porto era a situação mais dramática, ou a CP não paga...»

Portanto, eu aí, francamente, não lhe sei dizer e não tenho a vivência do que é que hoje um CMEC proporciona *versus* o CAE ou a situação anterior aos CAE.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas os CAE de que estamos a falar são 10 anos anteriores aos CMEC.

Na verdade, os CAE da EDP, os CAE das hídricas e das térmicas da EDP da altura, foram celebrados nas vésperas da privatização. É verdade que a EDP ainda era 100% pública, mas ia imediatamente, a seguir, deixar de ser.

Portanto, a pergunta que lhe faço é um pouco diferente e é a seguinte: naquela altura, naquele contexto histórico, a fixação daquelas taxas de remuneração para as centrais da EDP, sendo certo que comprometiam no longo prazo numa empresa que estava a iniciar o seu processo de privatização, como é que avalia a formação dessa remuneração para os CAE da EDP, que ainda durou 10 anos antes dos CMEC, e se considera que ela foi pensada para, precisamente, valorizar a empresa na véspera da privatização.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, francamente, tem de perguntar ao Eng.º Luís Mira Amaral.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas, enquanto antigo Secretário e Estado da Energia, que estava na altura no Governo...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Eu deixei de ser Secretário de Estado da Energia em 1992 e, depois, fui para a Presidência do Conselho de Ministros para a Secretaria de Estado do Ambiente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, não participou, de maneira alguma, na criação daquela legislação em 1998?

Mas, de qualquer modo, a pergunta faço-a na mesma: enquanto especialista da área, como é que aprecia a formação desse preço, até porque, mais tarde, veio a estar numa empresa que compete diretamente com a EDP.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas não responder-lhe a isso, porque eu tenho alguma dificuldade em falar sobre declarações do Eng.º Luís Mira Amaral e não quero estar a dar-lhe azo para mais um qualquer tema de polémica, que é muito desconfortável com ele.

Peço-lhe desculpa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas eu não estava a solicitar nenhuma polémica com o Eng.º Mira Amaral...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Mas sairia, sairia polémica...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O que eu estava a perguntar-lhe é se considera que os CAE da EDP, independentemente de quem os tenha criado, com a valorização que tiveram naquela altura não configuraram uma situação de monopólio perpétuo e sobrerremunerado em torno de centrais estrategicamente valorizadas.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sobre o sobrerremunerado não sei, porque não...

Agora, a única questão que entendo é que havia que ser dada ou negociada alguma nova forma, porque as centrais iriam para o mercado, o que era uma coisa nova, de a empresa ter alguma referência que lhe balizasse o risco.

Se as balizas foram em terreno curto ou em terreno longo, como disse, não vou comentar, porque, além do mais, não tenho a vivência, o historial e os termos de comparação... E, depois, a coisa mudou muito, porque, na altura, como imagina na situação e nos rácios que tinha a EDP, na realidade, a EDP era garantia Estado. Era garantia Estado! Curiosamente, houve alturas em que o prémio de risco no financiamento da EDP era inferior ao da República. Nessa altura, era! E ninguém olhava, sequer, para a EDP como uma empresa que... E, além do mais, nesse aspeto, até era melhor não olhar, porque as contas eram, de facto, terríveis.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Memorando de Entendimento com a troica define uma renegociação da remuneração dos CAE remanescentes.

Pergunto: que iniciativas ou que tentativas de negociação existiram entre o Governo e a Tejo Energia para aplicar as imposições da troica relativamente aos CAE?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Não houve nada de substantivo. Falou-se duas ou três vezes nesse tema, de facto, era uma referência que sabíamos que estava na agenda da troica, entretanto, houve um pedido de documentação, e mais nada aconteceu.

Eu julgo, um bocadinho como aqui foi referido, que, de facto, a complexidade daquele processo, daquele CAE, as entidades envolvidas, nomeadamente a enormidade do sindicato financeiro associado, e os termos do próprio CAE, levaram, rapidamente, quem estivesse do lado do Estado ou do Governo, em particular, a seguir o tema, a entender que não tinha ali muita volta a dar e que era um processo que, inclusivamente, também não traria muitos resultados ou nenhuns resultados na otimização do custo do sistema.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E quem é que estava do lado do Estado?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Não fui eu que fui abordado; foram os administradores executivos da Tejo.

Francamente, não sei quem é que fez a chamada... Terá sido, imagino eu, do Gabinete ou do membro do Governo ou, inclusive, não sei se da própria administração da Direção-Geral de Energia e Geologia. Não sei! Não sei!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Na sua audição aqui na Comissão de Inquérito a Dr.ª Beatriz Milne referiu que, e cito: «A Tejo Energia quando adquire o terreno da central do Pego no ano de 2005 ou de 2007 (...)» – e ela na altura não tinha a certeza da data, mas foi em 2007 – «(...) já tinha um direito de superfície pelo qual pagámos 27 milhões de contos, que foram pagos logo à cabeça.» E, diz ela a outro passo, «(...) comprou a possibilidade de ter a propriedade do terreno e da central após 2021. Há uma escritura

pública. Comprá-la à REN por 23 milhões de euros e assumimos o seu desmantelamento.»

Primeira pergunta que lhe queria colocar sobre este processo é a seguinte: tendo em conta que estes 23 milhões de euros se referiam, nos documentos de avaliação, apenas ao terreno, em termos de valor de edificação, valor imobiliário, etc., futuro, e não à avaliação dos equipamentos industriais ali instalados, com o que se pode considerar que os 23 milhões de euros pagos pelo terreno garantem a propriedade da central?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Não sei se entendi bem a pergunta do Sr. Deputado.

Mas, vamos lá ver: como referi, o CAE previa a aquisição da central por parte da Tejo. Essa solicitação da REN surgiu com essa proposta avançada pela REN... Quer dizer: nós não tivemos nenhum papel, não fomos falar com a REN e perguntar: quanto é que isto vale e tal...? Vamos lá pôr um preço assim, e tal... Não! Nós fomos confrontados com este valor.

O terreno tem o uso bem definido, inclusivamente, se bem me recordo, há uma cláusula qualquer, se refere que se a Tejo, digamos, viesse a mudar o uso, se viesse a querer fazer ali hotéis, ou uma urbanização, ou uma coisa qualquer, isso não seria possível, isso seria alvo de todo um outro processo qualquer... Mas não é possível mudar o uso da coisa!

Daquele terreno todo só há uma parte que tem uso industrial e, portanto – isto um bocadinho para enquadrar, digamos, os graus de liberdade do terreno –, somos confrontados com essa solicitação da REN da oportunidade de fizermos essa compra e foi isto que ocorreu.

Na nossa leitura, pensámos que isso nos poderia dar um quadro de segurança, nomeadamente um pouco na perspetiva do prolongamento da vida da central para lá de 2021. Os temas da desativação do carvão, por razões de força maior da descarbonização, não se colocavam e, como há

pouco disse, como aquilo estava, como as máquinas estavam a ser bem mantidas, estavam a ser...

Portanto, no nosso entendimento, seria possível ir com além de 2021 e foi essa a situação com que nos confrontámos, ou seja, não tivemos propriamente, digamos, alguma proatividade, alguma posição de, passo a expressão, andar a chatear, que é a palavra que agora me ocorre, no sentido de dizermos: eh pá, vendam lá, e tal e tal... Quer dizer, foi uma posição muito passiva da nossa parte.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, isso percebe-se. Foi o Estado que proporcionou a oportunidade – podiam arrendar em vez de comprar – de compra à Tejo Energia.

A pergunta é: em que passo é que essa compra cria um direito à propriedade da central?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — A central tem... Quando o Sr. Deputado diz que criou o direito à propriedade da central...?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não fui eu quem disse; foi a Dr.ª Beatriz Milne.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — A central tem as máquinas...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Exato! Foi isso que disse a Dr.ª Beatriz Milne.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Repare: mas a propriedade da central, para nós, enfim, quando muito tem interesse até às 24 horas do dia

30 de novembro de 2021, não... O que aditámos à nossa responsabilidade foi a questão da limpeza do sítio...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E porquê? Por que é que foi aditada essa responsabilidade?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Em primeiro lugar, em qualquer processo de concessão que é temporário, por princípio, o ativo ou o local, tem de ser entregue ao Estado, reverte para o Estado, e deve reverter nas condições em que foi entregue, ou seja, eu não posso – e temos disso muitos maus exemplos no nosso País – acabar uma atividade industrial, que desenvolvi num sítio qualquer, fechar a loja, passo a expressão, e deixar o terreno contaminado...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, mas o custo desse desmantelamento não estava atribuído no contrato à Tejo; era um custo do Estado...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Exatamente!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — ... e a Tejo assumiu-o, porquê?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Assumimos, por duas razões: porque achámos que era algo que nos podia dar alguma segurança no sentido de podermos vir a renegociar a operação posterior a 2021 e, confesso aqui, porque, se calhar, não pensávamos que o custo do desmantelamento e da limpeza do sítio fosse tão alto como hoje achamos que poderá vir a ser.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, tanto a opção pela compra, como a assunção pela Tejo da responsabilidade do desmantelamento foi com vista a facilitar uma futura extensão do funcionamento da central.

Com quem é que foi negociado...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Facilitar no sentido... Não tanto facilitar naquele sentido de «estou a entalar-te», passo a expressão. Não é nesse sentido, mas no sentido de... É uma questão que... Mas, nós, relembro, estamos sempre a falar numa obrigação que está definida no CAE de comprarmos o terreno.

Fomos confrontados com essa situação, ok, era a altura e não valia a pena estar a protelar isto por mais tempo. Não foi tanto algum «interesseirismo» em que viéssemos a...

É evidente que na expectativa que, de alguma maneira, mantínhamos de a central poder vir a desenvolver a sua atividade posteriormente a 2021, era um tema que estava resolvido, mas que tinha de ser resolvido porque estava lá que tínhamos de comprar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — De qualquer modo, chegando a central a 2021 com um valor residual zero, a extensão da sua operação teria sempre de ser objeto de uma contrapartida paga ao sistema elétrico pela parte da Tejo Energia. Não?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Valor residual zero para quem?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A central está amortizada em 2021.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Se ela continuar a funcionar deve haver lugar a uma compensação ao sistema elétrico? É uma pergunta.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Penso que é um tema que é legítimo levantar. Se houver interesse económico por nossa parte ou de alguém que até eventualmente, numa situação extrema qualquer, se propusesse, num quadro qualquer hoje, que não imagino em que termos, viesse a ter interesse, seria um quadro de negociação a ver.

É um bocadinho difícil falar neste contexto porque, sobreveniente a isso, há o facto de haver um desígnio que está por cima e que é mais forte do que o facto de a central ainda estar em condições para prolongar a vida e que até podia continuar a funcionar que é o de politicamente ser definido que «não quero mais carvão, não quero mais CO₂, não quero estas fontes de emissão».

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Só para acabar de esclarecer esta questão do desmantelamento: em que momento é que essa obrigação passou para a Tejo e de que maneira?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Como lhe digo, não estive na negociação, mas essa obrigação ou esse acordo foi fechado na altura em que a REN decidiu vender o terreno.

Portanto, é nesses termos...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É no mesmo momento?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — ... que essa decisão é tomada.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, isso terá ficado na escritura da venda.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — É muito provável que sim. Não a vi. Mas estou a dizer que é muito provável que sim. É natural que esteja.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Estava a referir-se agora mesmo a que a central tem equipamentos que estão um brinquinho, que estão em ótimo estado e registo. A expressão é feliz provavelmente!

Em 2021, se a central for descomissionada, esses equipamentos ainda têm um valor de mercado e foram todos integralmente pagos pelos consumidores na fatura. Pergunto-lhe se considera que esses equipamentos devem ser, ou melhor, se o valor da venda desses equipamentos não deve reverter para o sistema elétrico.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, estamos a falar em cenários. Eles podem, como digo, posso ter um carro... Agora parece que na avenida da Liberdade não se pode circular com carros com mais de 20 anos. Posso ter um carro com 20 anos que está afinadinho e apumadinho, mas se ele não pode circular tem o valor zero. Não é?

Não sei. Quer dizer...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Infelizmente para todos há muitos países em que as regras não são as mesmas que são cá e há um mercado para estes equipamentos que, certamente, terão compradores.

O que lhe pergunto é se concorda que a receita dessa venda deve reverter para o sistema elétrico dado que foram os consumidores que pagaram esse equipamento.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Não sei se inclusivamente há alguma cláusula naquele enorme documento que preveja algum cenário desse tipo. Francamente não lhe sei dizer.

Mas não é propriamente, não será... Desde já, nunca seria um valor por certo muito expressivo, mas não lhe sei dizer em que termos é que isso está previsto ou se está previsto, sequer.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Na sua intervenção há pouco fez aqui uma referência que acho que foi muito expressiva e muito importante e que, curiosamente, nunca ninguém, até hoje, tinha invocado que é a tomada do processo do Plano Nacional de Barragens como referencial para comparação com a extensão do domínio hídrico.

Essa comparação nunca tinha sido aqui feita e acho que é muito interessante. Na verdade, estamos a falar, no Plano Nacional de Barragens, de 600 milhões de euros pagos por 1000 MW de potência, cerca disso, antes de haver qualquer equipamento instalado e antes de qualquer investimento feito. Portanto, são 600 milhões de euros para poder instalar em sítios 1000 MW de potência, em comparação com 700 milhões de euros por 25 anos de operação de 4000 MW de potência.

Acho que esta dimensão e esta comparação é muito difícil de compatibilizar com a ideia de que foi pago pela EDP uma compensação justa pelo monopólio do 25% da produção elétrica em Portugal que é o correspondente àqueles 4000 MW.

A minha pergunta é: como é que avalia esse processo, uma vez que ele veio a definir o quadro da produção elétrica e do setor por muitos anos e, portanto, a criar uma reserva de mercado que, para um concorrente da EDP só pode ser um drama total, no sentido em que fica, na comparação com a EDP e no acesso, uma vez que foi sem concurso, atribuída a uma única

empresa toda esta capacidade? Ou seja, vem a desenhar aqui um mercado de eletricidade em Portugal que não é mercado nenhum? Como é que aprecia a sua própria comparação que fez aqui há pouco e que acho que é muito boa de registar?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Se bem apanho, há duas coisas a clarificar na intervenção do Sr. Deputado. Uma questão é: os números que me vieram à cabeça, concordo, parece um *benchmark*, como hoje se diz, um termo de comparação, porque não tendo nós outro... O que aconteceu foi o que aconteceu.

Portanto, não tivemos, ou seja, infelizmente, não fomos convidados para fazermos também a nossa avaliação e eventualmente a nossa oferta. De facto, é uma constatação que pode servir ou não como um parâmetro comparador. É só nesse sentido que o refiro.

Depois, também não sei, não estive, não vi os termos em que o acordo está escrito e onde está atribuído esse direito de extensão do domínio público hídrico.

Mas, de facto, são números que admito que nos façam pensar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E qual é a sua opinião sobre eles?

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa) — Sr. Deputado, já não tem tempo, mas se for para...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Era só isto, Sr. Presidente.

Qual é a sua opinião sobre esses mesmos números que aqui trouxe?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Francamente, acho que se tivesse havido efetivamente um leilão o encaixe para o Estado poderia ter sido mais alto.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Eng.º Nuno Ribeiro da Silva e agradecer a sua presença e as questões que tem colocado e que justificam, não só pelo que já foi aqui dito, a sua vinda a Comissão. Pelas questões que já foram apresentadas, a importância da sua vinda fica evidente.

Antes de começar com outras questões e pegando nos próprios *slides* da sua apresentação, houve só uma questão que aparece no *slide* 3 em que se fala de, mais ou menos, 50% de produção livre de CO₂ as tenho uma imagem do *site* da Endesa sobre a origem da energia da Endesa, em que me parece que os valores são muito superiores. Diz aqui carvão, 37,32%, gás natural, 22,9%, cogeração fóssil 8,49%. Isto, pelas minhas contas dá mais de 68% de origem que não é livre de CO₂.

Não sei se é alguma incorreção do próprio *slide*.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Francamente, esses números, não sei onde é que os recuperou...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Isto é do *site* da Endesa.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Do *site* cá, de Portugal?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Da Endesa, sim. Da *myEndesa*: a verdadeira origem da energia.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Mas, da Endesa?! Mas é Endesa Portugal?

São capazes de estar desatualizados.

Atenção: quero dizer também o seguinte: este valor é o valor médio... É o valor da Península Ibérica. Este valor que está aqui da produção e da componente que tem raiz em não emitentes de CO₂ é o valor ao nível da Península Ibérica da Endesa.

Atenção: consideramos que produção livre de emissões de CO₂ inclui o nuclear. Nesse aspeto é não emitente de CO₂. Terá outros, poderá ter outros problemas.

Mas este é, de facto, o valor, com a componente nuclear e com a componente renovável No *mixed*, no cabaz ibérico, é esta a situação. Agora isto tenderá a reforçar-se, porque vão começando a sair, e já a partir dos próximos anos, as centrais a carvão e toda a potência nova a instalar em que estamos envolvidos é de renováveis.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois, nestes dados que aqui apresentei também não contei com o nuclear, contei com carvão, gás natural e cogeração fóssil e dava quase 70%. Era só essa a questão.

Mas talvez seja, então, alguma desatualização de um ou de outro. Ainda em relação...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Isso deve ser só em relação a Portugal.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas não, porque também tem aqui nuclear!

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Ah!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em relação à central de ciclo combinado a gás natural, a ElecGás, a nossa pergunta é se tem sido viável, isto é, se tem trabalhado tempo suficiente e sem custos ociosos. Num contexto de um putativo roteiro de descarbonização e de uma estratégia da Endesa, que já aqui foi falada, de descarbonização, como é que vê o futuro das centrais a ciclo combinado a gás natural em Portugal?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Esse é um tema que está muito em debate, não só em Portugal.

O quadro todo da descarbonização, tal como a Europa o vê e em particular como o vemos no nosso País, tem aqui uma variável complicada a gerir.

É sabido que as fontes renováveis são tecnologias intermitentes, precisamos de estar sempre com o sistema equilibrado e as tecnologias que têm dado suporte ao sistema são, gostemos delas ou não, o carvão, o nuclear e o gás natural.

Portanto, a questão que hoje se discute muito nas empresas e a nível político é a seguinte: muito bem, queremos diminuir ou mesmo acabar com a presença do carvão – é evidente, porque é muito mais agressivo do que o outro combustível fóssil, o gás natural – e há, ainda, todo um debate à volta do nuclear, como sabemos.

Agora, também é verdade que, sem ainda termos condições de armazenamento em grande escala, fora as barragens, onde possamos armazenar, e, mesmo assim, também pode haver ocasiões em que a seca seja

tão penalizadora que acabemos por não poder tomar as grandes albufeiras como bateria e como despensa onde armazenamos energia, a questão que se coloca é a seguinte: para chegarmos a um desenho de 100% da eletricidade produzida com base em renováveis, como é que fazemos? É por isso que se tem usado a expressão «transição energética» do *mix* atual, do cabaz atual de tecnologias, para essa.

A tendência é que com a desmobilização das centrais a carvão, com algumas limitações, mesmo que haja extensão de vida das centrais nucleares, que possam começar a ser postas à carga a que as centrais nucleares venham a operar, a tecnologia, hoje, do ciclo combinado é vista como a bengala que pode, com dano menor em termos de emissões de CO₂, acompanhar o processo de reforço das renováveis e de suprir as curvas apertadas que a intermitência das renováveis possa trazer à segurança do sistema, daí a importância da questão, por exemplo, das garantias de potência.

É necessário, ainda, ter em conta, Sr. Deputado, um dado que me parece que é bastante importante e que é o seguinte: na Península Ibérica existem muitos grupos de ciclo combinado a gás que têm uma taxa de utilização muito baixa por factos passados de, talvez, mau planeamento, ou não boa previsão do que ia ser a evolução do mercado elétrico.

Portanto, como estava a dizer, temos uma situação em que os grupos de ciclo combinado, em geral, na Península Ibérica, têm uma utilização inferior a 20% do tempo.

Assim, quase que somos convidados a dizer: bom, há equipamentos que foram instalados, centrais de ciclo combinado, que, apesar de tudo, na família dos combustíveis fósseis, são aqueles menos agressivos e, como precisamos, nesta caminhada da transição energética, de tecnologias que nos deem segurança e capacidade de resposta quando necessário – e não sabemos bem como e que vai evoluir a questão das grandes baterias, etc. – então, os

ciclos combinados tendem a ser, digamos, o *compagnon de route* deste processo de reforço da potência de renováveis.

Por outro lado, elas ganham menos volatilidade quando estamos a misturar tecnologias, pois uma coisa é ter só hídrico, outra coisa é ter hídrico, ter vento, ter sol. Elas, de alguma maneira, compensam-se, e há hoje modelos e estudos – aliás, as universidades portuguesas fazem isso muito bem – e permitem mitigar muito aquela questão: «estou nas mãos de São Pedro!» Já não é bem assim e já conseguimos monitorar com muita proximidade o risco a que se está exposto de alteração do estado do tempo e de mudanças atípicas que vão ocorrendo no clima.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, em relação à minha pergunta mais concreta sobre a utilização das centrais a gás andarà a volta desses 20% como falou...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Tem sido muito irregular, Sr. Deputado.

Como há bocado veio à baila dizer, em 2014, não funcionou um segundo! Depois, foi essencial, no ano passado, um ano de seca, em que, de longe, funcionou mais tempo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ainda sobre a composição da produção...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Funcionou 2500 h em 8760 h que tem o ano, o que não é assim estonteante... É muito abaixo de quando se decidiu o investimento... Aliás, isto acontece em todos os ciclos combinados que há na Península Ibérica; quando se decidiu o investimento pensava-se que o ponto de equilíbrio, e eu tento fugir aos anglicismos, o tal

break-even, andasse à volta das 5000 ou 5500 h, mas estamos muito longe disso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ainda sobre estas questões, quais é que são, mais ou menos, as exportações e importações de energia elétrica da Endesa com Espanha? Quanta da energia elétrica importada para Portugal é de centrais a carvão e de origem nuclear? Neste quadro de transição energética, que acabou de explicar e que já compreendemos, quando é que se prevê o fecho total das centrais térmicas clássicas a carvão e das seis centrais nucleares, incluindo a de Almaraz?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, são muitas questões, vamos ver se não me escapa nenhuma.

Não podemos pôr a questão em termos de: o que é que a Endesa exportou de centrais instaladas em Portugal para Espanha e o que é que a Endesa exportou de centrais Endesa instaladas em Espanha para Portugal.

Como foi referido no início da nossa sessão, as centrais não são centrais dedicadas, ou seja, eu entro ou não entro em produção para o mercado, se sou competitivo ou não, esteja com centrais do lado de cá da fronteira ou do lado de lá da fronteira.

Então, o que se pode perguntar é: o sistema elétrico português – e isso pode quantificar-se pelas interligações – foi exportador ou foi importador? E, se o Sr. Deputado, tiver interesse eu ainda ontem estive no conselho do OMIP do MIBEL e tenho aqui, até ao dia de ontem, os fluxos entre os dois países. Nós, tendencialmente, temos sido exportadores para Espanha...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nós, Endesa?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Nós, Portugal!

Porque, como digo, e é outra nota que lhe deixo, eu atiro a água para o lago... Todos nós, a eletricidade que produzimos, sejam centrais Endesa, sejam centrais EDP, vai para o mercado, vai para o lago, e, portanto, deixam de ter rótulo, digamos assim – Endesa, ou EDP, ou Iberdrola, ou o que seja – e deixam de ter também carimbo de tecnologia... Deixa de ser possível identificar como eletricidade e eletrões vindos do carvão, ou vindos do gás, ou vindos do vento, ou vindos da água...

Não sei se fui claro...?

Agora, sobre as trocas entre Portugal e Espanha, o MIBEL funciona bastante bem, praticamente há o que chamamos acoplamento de preços – e aqui posso dar-lhe o número exato – em 98% do tempo, ou seja, é muito pouco o tempo em que os preços no mercado espanhol e no mercado português não estão absolutamente igualados e, como lhe dizia, nestes últimos anos, tipicamente nos últimos três ou quatro anos, há alturas em que estamos a importar, há alturas em que estamos a exportar, mas o saldo ao fim do ano tem sido um saldo exportador de Portugal para Espanha.

Acontece que houve uma perturbação importante que, aliás, foi no dia 15 de outubro, creio, em que Espanha retirou o chamado *clawback*, o imposto sobre a produção de eletricidade, Portugal manteve-o e, a partir daí, as centrais portuguesas perderam competitividade, deixaram de funcionar e passámos a ser importadores.

Daí a importância – e este é também um tema do MIBEL e das cimeiras ibéricas, etc. – que as condições e a fiscalidade que recai sobre as centrais, sejam elas do lado de Espanha sejam do lado de Portugal, sejam iguais para poderem competir a sério.

Por exemplo, o ciclo combinado – e não é para me estar aqui a gabar pois há os ciclos combinados da EDP e há os ciclos combinados da Endesa – da Endesa, os dois grupos no Pego, são os que saíram melhor. São novos, muito novos e, além do mais, mesmo uma máquina idêntica, como aquilo

não é, propriamente, uma máquina de salsichas... São os ciclos que saíram com melhor eficiência, com melhor rendimento e, portanto, competem muito bem mesmo com os nossos ciclos que estão do lado de lá da fronteira.

Os nossos dois ciclos de cá da Endesa ganham em termos de competitividade quando há a oferta de preços para o mercado diário e depois para o intradiário, ou seja, competem muito bem com os outros ciclos, mas com essa situação do *clawback* ficaram prejudicados, ficaram fora de jogo... Quer dizer, continuam a trabalhar, mas não como poderiam trabalhar...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É pena não conseguirmos perceber dentro da Endesa quais são esses fluxos entre Portugal e Espanha.

Ainda uma outra pergunta deste tipo: quando no *slide* 6 vemos, naquela linha do tempo, que em 2014 houve o arranque da construção...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Desculpe interromper.

Só para ajudar, creio que se pode tirar um número grosseiro, mas relevante: se vendemos cerca de 7 TWh, embora isto seja a clientes domésticos – e tenho alguma dúvida... – e com as centrais instaladas em Portugal produzimos cerca de 7,8 TWh andamos com saldo exportador da geração das duas centrais em Portugal... Mas, como lhe digo, isto é só para lhe dar uma ideia, porque, depois, o mecanismo não é este; o mecanismo é: produzir, vai para o sistema e, depois,...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Passando essa questão, a pergunta que eu estava a fazer tem a ver com a barragem de Girabolhos, cuja construção arrancou em 2014 e, depois, houve o seu cancelamento.

Pergunto: que razões explicam esse cancelamento? Qual tinha sido a caução adiantada pela Endesa? Foi devolvida? Qual a perspetiva futura do projeto?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, a barragem de Girabolhos, para nós, é uma história triste e um pouco traumática, porque tínhamos muito empenho em fazer a central e tínhamos já iniciado a construção não só do paredão mas também já tínhamos as expropriações, a compra e limpeza dos terrenos, a preparação dos estaleiros, etc. Já tínhamos começado a fazer tudo isso e estimámos ter já envolvidos cerca de 60 milhões de euros na barragem, uma barragem estimada em cerca de 500 milhões de euros.

O que é que nos criou uma enorme perturbação? Ainda no outro dia, eu e os colegas das quatro câmaras — Mangualde, Seia, Gouveia e Nelas — dizíamos que isto acabou por ser uma separação de marido e mulher que ainda gostam um do outro, não foi por amuo. As câmaras continuam a dizer que era muito bem-vinda a barragem e nós também gostávamos muito de a ter feito.

Perdemos realmente ali um *timing* e deixe-me que lhe diga que houve declarações muito agressivas e públicas aqui nesta Assembleia mas também nos órgãos de comunicação social por parte de Os Verdes, que disseram que estavam contra a construção de novas barragens. Lembro-me de uma célebre frase da Deputada de Os Verdes: «Na história, não havia registo de barragens que tivessem trazido mais prejuízos do que proveitos às pessoas».

Depois, não sei por que razão e se calhar no âmbito de acordos que tiveram de ocorrer, verá que no próprio Programa do Governo há uma nota a dizer que se procederia à renegociação e à revisão dos termos em que foram atribuídas as licenças para as barragens.

Devo confessar-lhe que isso foi fatal, até porque uma coisa é haver posição de uma força política que é crítica relativamente a um tema e outra coisa é isso relevar no Programa do Governo sem estar explicitado o que seria então a alternativa.

Imagine: numa empresa cotada que tem inscrito um investimento de 500 milhões, que já tinha executado quer no *down payment* de 35 milhões, quer nas expropriações, quer nas obras e projetos, e que tinha gasto 60 milhões, o que é que os analistas e os bancos nos vão fazer? Vão perguntar imediatamente o que se passou, e assim aconteceu. Devo dizer que o telefonema não demorou 24 horas. Perguntaram-me: «Nuno, o que é que isto quer dizer?». Eu disse: «Não sei. O que quer dizer é que a linha que está aqui significa que isto vai ser alvo de revisão. Agora não sei». Ou seja, significava uma alteração dos termos em que tinha sido acordado todo o processo de construção e de operação da barragem.

A decisão do grupo, francamente, transcende-me. Também não era eu que tinha, em Portugal, 500 milhões de euros para investir ali. A decisão do grupo foi a de suspender imediatamente o projeto, limitar o risco e aceitar a perda de 60 milhões de euros. E foi assim.

Entretanto, entregámos os terrenos ao Estado, reverteram para o Estado. Não reclamámos os 35 milhões de euros, não reclamámos nada. O que conseguimos foi afastar analistas, etc., a perguntarem-nos sobre se já tínhamos provisão para os 60 milhões que já tínhamos gasto e se continuávamos empenhados em gastar mais 450 milhões numa coisa em que não sabíamos em que termos é que íamos intervir.

Portanto, esta saiu muito cara, infelizmente. Enfim, tenho mais pena enquanto português e cidadão, sabendo nós, há muito tempo — e é uma coisa que eu conhecia há muito tempo —, que aquela zona do distrito de Viseu, inclusive a norte, aliás, como se veio a comprovar, tivemos de andar a levar água em camiões e autotanques na seca de há um ano e meio, é tradicionalmente carente. Era bonito porque o Mondego só tem uma barragem, a Aguieira.

Aquele sítio nunca teve nenhum problema ambiental. Aliás, foi por isso que nos focámos naquela barragem. Podíamos ter ido a outra, mas

sabíamos que aquela não tinha nenhum problema em termos de património construído, enfim, não havia complicações de património arqueológico, histórico, o que fosse. E assim foi.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Passando a outro tema, esta Comissão, como sabe, tem o objetivo principal de concluir a existência ou não de rendas excessivas, as quais o PCP considera melhor batizadas de super lucros ou lucro monopolistas. Isto é, se há ou não remunerações de ativos das empresas de energia que ultrapassam o que seria normal face à remuneração adequada à época do capital e dos períodos de harmonização requeridos.

Até ao momento, do que já se ouviu nesta Comissão de Inquérito, as ditas rendas excessivas estão concentradas na PRE, nos contratos CAE, nos CMEC e na existência de posições monopolistas de mercado. Vários especialistas que já foram ouvidos estão convencidos de que há e outros diziam que não, mas a ERSE parece dizer que sim e até já fez as contas de quanto é que era necessário devolver ao sistema elétrico nacional, e o primeiro presidente da Autoridade da Concorrência também.

Queremos perguntar qual é a sua opinião sobre esta questão. Concorde e porquê?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, como digo, não tenho PRE nem CMEC. A única coisa que tenho de fazer é pagar rendas ao Estado. Não recebo nenhuma.

Deixe-me dizer que as contas que têm aparecido por parte da ERSE são bastante duvidosas em termos de técnicos e de pressupostos e, por exemplo, invocam o célebre estudo de Cambridge, que, no caso que me toca, conclui sobre uma rentabilidade na ordem dos 13% quando faz uma análise que não é no total do tempo do CAE, começa em 2007 e eu comecei a produzir 14 anos antes. Dividiu aquilo a meio. Não sei porque é que escolheu

a segunda metade e não escolheu a primeira. Portanto, não é sério. E foi inclusivamente dito pela Presidente da Entidade Reguladora que a retribuição do CAE anda à volta dos 10%, que era o valor que estava referenciado como desejável no início quando foi assinado o CAE e quando arrancou a operação da central.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A minha pergunta não era só em relação à Endesa, era mais em geral, sobre a questão de haver ou não rendas excessivas.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Percebo. Mas entenda o seguinte: eu não sei, francamente, o que é o efetivo retorno que os CMEC têm. Eu não tenho. E atenção: cada caso é um caso. Teoricamente, devia ser igual ao CAE.

O princípio era: há um valor de mercado e o CAE garantia um determinado fluxo regular de receita. O CMEC é mais errático mas, ao fim, será corrigido para baixo ou para cima, função dos preços que o mercado formou ao longo do ano. Portanto, era neutro, digamos.

Mas não lhe sei dizer, não acompanho, não estou por dentro.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Independentemente dessa consideração mais técnica, por exemplo, veio cá a Sr.^a Presidente da ERSE que nos apresentou aqui um quadro em que se comparava as rendibilidades do setor elétrico com as taxas de juro das obrigações do tesouro e aí via-se que havia uma remuneração muito acima num mercado que não tem grande risco porque tem escoamento assegurado.

Não sei se conhece este documento «Instrumentos para a participação da oferta e da procura»...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Quando começou a central do Tejo, as taxas de obrigação do tesouro eram de 14% e mais. Temos de ter isso em atenção. E nós temos uma rentabilidade que está efetivamente na gama dos 10%.

Se me permite, dir-lhe-ia que 10% para projetos deste tipo, mesmo hoje com as taxas de juro mais baixas — e consegue-se fazer por menos —, não é um valor, passe a expressão, estapafúrdio. Não comparemos um fundo que vai comprar uma coisa que está em operação, que já foi construída. É a mesma coisa que comprarmos uma casa que está acabada ou comprarmos uma casa que ainda está no projeto. O risco é completamente diferente e as condições em que vamos obter o empréstimo também é natural que venham a ser diferentes.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O Sr. Engenheiro tem sido muito crítico em relação à posição dominante do grupo EDP nos mercados de eletricidade.

Ainda sobre este assunto da posição monopolista da EDP, foi suscitada na audição de ontem uma questão pelo Eng.º Henrique Gomes, e ele até mencionou o seu nome, que tem a ver com o monopólio da EDP sobre as barragens com centrais de bombagem. Como são todas da EDP, permite que a EDP possa comprar energia eólica durante a noite a preço zero para depois conseguir vendê-la no dia seguinte a preços muito superiores.

Segundo o que entendemos da audição de ontem, o senhor ter-se-á insurgido contra essa concessão monopolista. A nossa pergunta é a seguinte: é essa a situação que temos hoje? Como é que avalia que, aquando da concessão, não se tenha atribuído um valor económico a esse monopólio das centrais de bombagem e de haver esse monopólio que dá uma vantagem à EDP?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Julgo que esse tema está muito ligado àquele que comentámos anteriormente da extensão do domínio hídrico, porque até antes a bombagem não tinha tanta importância.

Aliás, as barragens que foram sendo contruídas a partir dos anos 50, quando se começou a entrar nas grandes barragens do nosso País, como as de Vendas Novas e de Castelo de Bode, eram barragens só para turbinar. Não se justificava o custo da bombagem. Portanto, era «água vai».

Quando a eletricidade começou a ter valores diferentes nas horas de vazio e nas horas cheias é que começou a fazer sentido pensar: bem, espera aí... Eu posso aproveitar quando a eletricidade está barata para recarregar a montante a albufeira e turbinar e gerar eletricidade quando a eletricidade está mais cara.

Portanto, as centrais de bombagem ganharam, de facto, e tendem a ganhar, um valor crescente – aliás, nos planos de energia e clima 2030, quer no nosso quer no espanhol, está uma referência ao papel importante que as centrais de bobagem venham a ter no sistema.

Portanto, aí podia ter sido uma boa altura de valorizar a relevância desse ativo e dessa tecnologia – aliás, a prova é que as empresas que detêm barragens e que eram barragens antigas, que, como digo, só turbinavam, caso da EDP cá em Portugal, têm vindo a investir em criar reversão em alguns grupos.

Portanto, é, de facto, um ativo importante. Como digo, nós não fomos chamados a jogo nesse momento e temos pena, mas não conseguimos, não fomos tomados em conta.

O Sr. Deputado referia-se também, à questão do mercado, das quotas de mercado, etc....

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, mas era mais a esta questão.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — No que respeita à quota de mercado, nomeadamente de consumidores, de clientes – só para vos dar uma ideia – nos processos de privatização nos vários países pela Europa há experiências muito diferentes.

Por exemplo, temos sempre a comparação aqui com o nosso vizinho – Espanha – em que eles pensaram, porque também já tinham outros atores, fazer a distribuição, redistribuir jogo, para ficar aqui, mais ou menos, com três ou quatro empresas equiparáveis e, agora, vão à vossa vida, mas redistribuíram jogo, ou seja, fizeram um repasse obrigatório de carteiras de clientes, de ativos de geração, de ativos de transporte, de distribuição, etc..

No nosso País não fizemos isso, mas também só tínhamos um ator, mas podia-se ter dito: «nós vamos por aqui, por leilão, ou por um mecanismo qualquer, 50% da carteira da EDP Serviço Universal, que era o que havia, para outras empresas elétricas poderem pegar nisto. Depois, desenvolve-se o jogo e tal... Mas redistribuir jogo»

Ora, isso não aconteceu e daí, nomeadamente no doméstico, tanta dificuldade em outras empresas entraram no mercado e a verdade é que a EDP, ao fim destes anos todos, ter ainda uma quota na ordem dos 85%.

Porque é muito caro... Eu, por exemplo, para ganhar um cliente tenho de gastar só em publicidade, no processo com o cliente, etc. 20 a 25 € e só consigo recuperar esses 25 €, ainda por cima em Portugal a média de consumo é relativamente baixa, se conseguir manter esse cliente dois ou mais anos para ir recuperar essa margem que gastei.

Mas, pronto, a EDP estava cá e ninguém a vai atirar à água obviamente, nem era isso que nós queríamos... Mas, no caso, a EDP realmente partiu com 100% dos clientes e, portanto, mesmo quando começou o mercado liberalizado e a chamada EDP Comercial era ao toque de um botão passar um cliente do EDP Serviço Universal para a EDP Comercial. Era ao toque de um botão...!

Eu tenho de andar ali a convencer, às vezes, até somos chatos de mais, ligamos não sei quantas vezes, temos forças de vendas que, às vezes, inclusivamente, não se portam como nós queríamos, porque são demasiado insinuantes... Mas, pronto.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ainda sobre aquela questão do monopólio das centrais com bombagem, tenho uma pergunta muito direta e muito simples: sobre esta matéria com que governantes falou? Tem conhecimento de alguma iniciativa que algum governante tencionasse fazer sobre isso? Tem alguma nota sobre alguma apreciação desse valor de monopólio que não foi considerado? Houve alguma apreciação por parte de governantes, reguladores, etc.? Com quem falou e o que é que conhece de iniciativas que tenham sido tomadas?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, falar foi no sentido de termos passado a mensagem que estávamos interessados o que, aliás, como digo, era redundante, porque nós já tínhamos estado a esgrimir – porque a EDP não podia ir – com a Iberdrola ir à do Alqueva... Portanto, estivemos ali a esgrimir e, portanto, manifestámos interesse, foi uma pega forte e a Iberdrola acabou por nos ganhar.

Depois, transmitimos que sim, que tínhamos interesse em entrar num processo qualquer de avaliação das extensões dos direitos sobre a água, mas não tivemos acolhimento.

Sobre avaliações efetivas, como o Sr. Deputado saberá, são as duas ou três avaliações que foram, à época, feitas por instituições financeiras às quais nós nunca tivemos acesso, mas que foram pedidas, nomeadamente duas, não sei se diretamente pelo Governo, ou pela REN... Não sei, mas houve essas avaliações.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O Eng.º Nuno Ribeiro da Silva foi Secretário de Estado da Energia de Mira Amaral, foi Deputado do PSD e, em ambas as condições, acompanhou de perto a política energética de Mira Amaral.

De uma forma ou de outra, colaborou com a parafernália de legislação – decretos, etc. – do Governo do PSD que, dizendo querer reestruturar a EDP, abriu caminho para o seu desmembramento, nomeadamente com a separação da REN, em 1994, e a sua privatização total e liberalização.

Em algum momento, discordou dessas políticas do Eng.º Mira Amaral?

Aquilo que os Governos de Guterres e Sócrates, depois, fizeram foi concluir uma ementa que já tinha os ingredientes dessa política anterior. O senhor é capaz de nos explicar a razão para a elaboração e concretização dos CAE, para além do propósito de fazer a separação da REN e privatizar a EDP?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Nos CAE, ou chamemos-lhe outro nome, como referi, tinha de haver um acordo qualquer, um entendimento qualquer, para as centrais, que eram Estado e que eram de uma empresa que era Estado e que, no fundo, recorria ao crédito e era segura pelo Estado, que era 100% acionista, etc.... Era tudo muito simples, pelo menos desse ponto de vista, mas tinha de haver qualquer... E não posso dizer que o CAE foi uma invenção para... Nesse sentido... Está a entender?

Agora, todo o aspeto da transformação... Atenção: esta questão da transformação não foi exclusiva no nosso País, foi um processo muito longo, muito discutido e vivido, que emergiu em finais dos anos 80, em que Bruxelas decide acabar com os monopólios públicos integrados.

Portanto, aí, muitas vezes, íamos acompanhando também a saída das diretivas e os imperativos que eram definidos a nível de Bruxelas.

Devo dizer que há muitos aspetos deste processo que eu considero que foram positivos. Sr. Deputado, é inimaginável, no caso a EDP que era uma empresa pública integrada, verticalizada, como era impossível ter um controlo sobre as contas da empresa e as contas do sistema, porque, como dizia, ninguém pagava, e ao não pagar, obviamente a empresa tinha o Estado por trás, e empresa tinha de se endividar...

Só um episódio para vos dar uma ideia: no princípio dos anos 80 a República precisava de divisas. Portugal não conseguia ir contratar divisas, na altura franco suíço, marco alemão, dólar, iene, etc. Quem é que ia? A EDP! A EDP tinha um ativo qualquer mais simpático para dar garantias físicas a quem emprestava.

A EDP contrai empréstimos... Por exemplo, como se estavam a fazer barragens, praticamente as barragens eram incorporação nacional, era a Mague e a Sorefame, sobretudo a Sorefame a fazer as comportas, e cimento, portanto isso fazia-se cá na terra, digamos assim.

Mas a EDP ia-se financiar em divisas lá fora. Como, depois, os pagamentos eram, na esmagadora maioria, em escudos, o que é que imediatamente o Tesouro fazia? Rapava os francos suíços, os dólares, os marcos, os ienes à EDP, usava-os como divisas, porque não tínhamos divisas, entregava escudos à EDP, à cotação daquele dia, mas, depois, a EDP tinha de pagar o reembolso desses empréstimos à cotação oito ou nove ou dez anos depois, quando o escudo tinha sofrido uma desvalorização extraordinária. Portanto, o esforço de pagamento foi muitíssimo maior para a empresa.

Isto só para ilustrar situações... É que, a dada altura, ninguém tinha noção de nada de contas e não sei quê... E, realmente, o sistema era mantido

por umas tarifazecas para quem pagava e, sobretudo, por injeção de dinheiro e de empréstimos que o Estado garantia.

Portanto, não era vida!

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Joel Sá, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Engenheiro Nuno Ribeiro da Silva e agradecer-lhe as suas explicações e o seu contributo para o esclarecimento desta Comissão de Inquérito, que, como sabe, se propõe esclarecer se há ou se houve rendas excessivas, quem foi responsável por elas e, portanto, os contributos que nos possa deixar aqui hoje são extremamente importantes.

É natural que eu possa repetir algumas das questões que já foram feitas, porque pretendemos melhor esclarecimento e aprofundar algumas das suas respostas o que, julgo, é natural.

Sr. Engenheiro, tem sido cada vez mais evidente que o Estado tem promovido constantemente, sobretudo durante os Governos do Partido Socialista, uma política de desorçamentação à custa da fatura da eletricidade – aliás, já ouvimos várias personalidades referir tal facto.

Então, consideramos estar assente, até decorrente das medidas anunciadas na apresentação inicial do Dr. Sá da Costa, no decurso da sua audição nesta comissão de inquérito, que esse valor totaliza mais de 2000 milhões de euros.

As rendas garantidas atribuídas em 1996 pelo Eng.º António Guterres à EDP, no contexto dos CAE, poderão ter provocado um excesso de mais de 1000 milhões de euros (a valores de 1996) e o aumento do IVA para 23%

que onera os consumidores de energia em mais de 600 milhões de euros por ano há mais de cinco anos.

Todas estas operações de desorçamentação somadas podem totalizar mais de 4000 milhões de euros e certamente dariam para acabar com o défice tarifário imediatamente.

Pergunto-lhe se está de acordo com o entendimento de que o principal fator de penalização do valor da fatura da eletricidade é a voracidade fiscal.

Concorda que não temos rendas excessivas mas sim impostos excessivos?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, tenho muito gosto em tentar contribuir.

Julgo que há aqui sobretudo dois temas e o primeiro a que o Sr. Deputado aludiu foi o da desorçamentação.

É um facto que há uma série de decisões que têm vindo a ser tomadas e que depois são remetidas para a o custo das empresas. Ou seja, há uma atitude de generosidade que é paga depois por quem não ficou muito contente em contribuir pelo menos dessa maneira para essa benesse.

Refiro uma caso concreto: a questão da tarifa social é algo que não é inédito no nosso País. Em termos europeus, é visto como uma decisão que o Estado pode tomar no âmbito da sua política social. No entanto, deve ser alocado o custo dessa decisão ao esforço geral que o Estado faz com a tentativa de redistribuição de diminuição das desigualdades e de apoio às pessoas que mais necessidade têm, e tudo bem.

Mas fazer, desculpem a expressão, um bocado de papel de ajuda à conta do vizinho, aí começamos a baralhar as coisas. É mau porque, a certa altura, não sabemos bem de que bolso é que saem as coisas e que contas é que temos.

Já agora, deixe-me dizer o seguinte: em Portugal, vimos que houve uma grande campanha para a tarifa social cobrir 1 milhão de famílias... Não é 1 milhão de pessoas, é 1 milhão de contadores, de clientes. Por detrás de um contrato estão duas, três, cinco pessoas. É manifestamente exagerado. Mais uma vez, usando um termo de comparação, a Espanha toda — tem mais cinco vezes e tal a população que nós temos e não são tão mais ricos que nós — tem o mesmo número de pessoas a coberto de tarifa social e não com o apoio tão generoso como nós damos.

Portanto, julgo que este é um tipo de questão que não ajuda a ter uma situação transparente e cristalina de quem paga o quê.

Um outro aspeto que não posso deixar de mencionar é o facto de se falar em pobreza energética. Sei o que é pobreza, não sei o que é pobreza energética ou pobreza alimentar. Porque é que se fala em pobreza energética em concreto? Há pobreza e uma pessoa pobre tem dificuldade em ter os filhos bem-educados, bem vestidos, vestidos como deve ser, ter uma casa digna. Mas porque é que se elegeu esta coisa de pobreza energética? Não vou comprar um fato e digo «Olhe, sou remediado, portanto faça-me um desconto de 10%» ou «eu sou pobre, conforme pode comprovar, portanto faça-me um desconto de 30%». Foi um conceito que apareceu um pouco descontextualizado.

Como digo, acho muito bem que se possa decidir apoiar nomeadamente por via do acesso à energia mais barata, mas isso tem uma gaveta, que é o orçamento de apoio social e da segurança social. Aliás, como está previsto por Bruxelas.

Depois, menos sentido faz ser a alocação do custo da tarifa social afeto à potência instalada. Em Espanha, apesar de tudo, faz mais cedo, porque é à quota dos comercializadores.

Por exemplo, para ilustrar, eu, em 2014, não produzi nada com o ciclo combinado — 0 KWh — e, no entanto, como tenho cerca de 800 MWh

instalados ali, tive de pagar. E não produzi, não recebi, não fiz receita. A minha receita foi zero naquela central.

Outra situação pelos antípodas: há comercializadores relevantes, como, por exemplo, o caso da Galp ou da Iberdrola, que, como não são produtores, não pagam nada.

Ou seja, eu, a EDP, que investimos em centrais, pagamos quer se produza quer não se produza por cada megawatt-hora que tenha instalado. Os comercializadores, que não investiram na produção, não pagam. Isto ilustra um pouco aquele tipo de redesenhar fiscalmente toda esta parafernália no sentido de serem dados os sinais adequados.

A CESE é um mecanismo de *clawback* e este mecanismo criou o problema de passarmos a ser importadores e o que foi feito foi carregar sobre a produção em Portugal todos os impostos que eram aplicados em Espanha e ainda juntar os portugueses.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — É preciso é ver o ângulo!

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — O que andámos a acumular e a pagar duas vezes, naturalmente, retirou a competitividade às centrais. Depois, ao retirar competitividade às centrais, nomeadamente as que estão a gás em mercado, faz com que elas não despachem, faz com que elas não queimem gás. Ao não queimarem gás, tenho um custo fixo da infraestrutura mas distribuo esse custo fixo regulado por menos metros cúbicos de gás. Portanto, vou encarecer com a componente fixa o metro cúbico de gás que vendo às pessoas e tudo isto tem aqui muitas interligações. Por isso, há que pensar bem: quando se mexe uma borboleta no Japão, o que é que isso vai provocar pelo Pacífico fora?

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Engenheiro, fugiu um pouco à questão porque queria que me falasse da desorçamentação. Deu um bom exemplo do que é falta de transparência, mas gostava que focasse mais no tema.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Por exemplo: é evidente que a CESE não tem sido canalizada para o fim para o qual foi criada, que era ajudar a acelerar a amortização do défice tarifário.

Portanto, há varias situações de distorção.

No caso da tarifa social, há o exemplo de que quem vai afinal pagar são as empresas elétricas, que vão pagar uma benesse que o Estado resolveu atribuir. Outra situação é a cobrança de impostos invocando que isso fica fechado no setor e que vai contribuir para o reequilíbrio das contas do setor, o que não vai, vai para o grande poço do Orçamento do Estado.

Depois, inclusivamente, o caso da subida do IVA para 23% e, como sabemos, o IVA não é uma receita propriamente que esteja alocada.

Mas, de facto, foi um murro importante na fatura e que não contribui para o equilíbrio das contas do setor elétrico.

Diria que há uma certa tendência, um abuso e um uso fácil. Como digo, no meu caso, a única coisa que tenho de rendas excessivas são as que pago, nomeadamente quatro...

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Então, temos impostos excessivos?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sim, claramente.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Concorda que a inclusão de tantos fatores de financiamento do Orçamento do Estado enviesam resultados obtidos de qualquer comprador, desqualificando, assim, a utilização dos mesmos quando os comparamos com outros países?

Tem ideia de como comparam os custos de produção de eletricidade, digamos, à saída do produtor com os custos de energia nos demais países europeus?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, como sabe, há publicação regular por parte de várias entidades, nomeadamente do Eurostat, que aparece sempre com publicações comparativas dos 25 Estados-membros. Depois, à volta dessas publicações, há sempre ali um bocadinho de polémica porque há uns que vêm dizer: «Ah, mas aqui não teve em linha de conta isto e este é um escalão que não é exatamente igual ao escalão que compara connosco». Enfim, há sempre muitas afinações.

Mas a verdade é que, devo dizer-lhes, fiquei bastante surpreendido: os últimos valores que estive a ver, em termos comparativos de custos industriais de produção de eletricidade, indicavam que, dos 28 Estados-membros, Portugal era o oitavo mais barato. Atrás de Portugal estava a Hungria, a Roménia, etc. Inclusivamente, a comparação é capciosa, porque não podemos comparar a qualidade do sistema elétrico português à qualidade do sistema elétrico romeno, não podemos comparar, em termos de emissões, a central de Sines ou a do Pego com as emissões das centrais romenas, húngaras ou búlgaras.

Não estamos a comparar a mesma coisa, mas, mesmo assim, Portugal aparecia nos 28 com o oitavo custo industrial mais baixo da União Europeia. Depois, com taxas e todo o conjunto de custos políticos, passava para quinto lugar no *ranking*. Não era o mais caro.

Aliás, esta questão de se dizer que são os mais caros, bom, depois há sempre as discussões da paridade do poder de compra...

Devo dizer, até por causa de aulas, que me dou ao trabalho de recortar, de vez em quando, artigos de primeira página, preferencialmente, de jornais pela Europa fora a dizerem que a eletricidade é a mais cara lá no país deles.

Há os espanhóis a dizer que a eletricidade é a mais cara da Europa, os italianos dizem o mesmo, os franceses também dizem que a EDF (Électricité de France) é insuportável, é a mais cara da Europa, e os portugueses e também os ingleses também dizem que é a mais cara da Europa... Enfim, têm as costas muito largas.

Agora, objetivamente, tem estes números da publicação da Eurostat. Nós estamos, sistematicamente, abaixo do custo industrial, ou seja, na parte que toca, efetivamente, às empresas elétricas. A indústria elétrica produz, transporta, distribui e comercializa — fundamentalmente, são estas as grandes etapas —, mas os custos industriais estão sempre, sistematicamente, abaixo dos custos médios europeus. E, de facto, depois, como acontece noutras coisas, passamos para cima dos preços médios praticados nos outros Estados membros porque, de facto, temos as exigências que temos em termos de receita e de carga fiscal.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Foi referido que o investimento em força na produção de energia eólica, ocorrido entre 2005 e 2009, beneficiou a economia portuguesa, sobretudo porque exigia a criação de um *cluster* industrial. São milhões de euros em impostos, milhões de euros em exportações e milhares de empregos e milhões de euros em financiamento aos municípios.

De acordo com o Dr. Sá da Costa, os valores das contrapartidas diretas são superiores a 650 milhões de euros por ano, em que, só em rendas, já foram pagos mais de 280 milhões de euros aos municípios.

Não considera que os incentivos ao desenvolvimento de uma política industrial deveriam ser financiados pelo Orçamento do Estado? Na sua opinião, os produtores de energia eólica estão a ficar com a fama de serem beneficiários de rendas, quando o Estado fica com proveito?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, a Endesa não tem um único gerador eólico em Portugal, mas estivemos muito envolvidos e digo-lhe que, de facto, é exemplar o que foi feito em torno daquele projeto ENEOP (Eólicas de Portugal).

Mas olhando em geral, a questão das energias renováveis e dos investimentos em energias renováveis e, em particular, no vento, há uma coisa que gosto de lembrar que é o seguinte: desde a Revolução Industrial que sempre tivemos o calcanhar de Aquiles, da nossa fragilidade energética, porque não tínhamos carvão, ou tínhamos mau carvão, porque não temos gás, porque não sabemos se temos petróleo, etc. Portanto, sempre andámos muito ao sabor dos jogos geostratégicos e da volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis que foram a base do século passado e ainda o são.

Mas há outra coisa, de que nos esquecemos, onde também perdemos a jogada: foi nos equipamentos. Ou seja, durante este século, a concentração industrial e a sofisticação industrial que houve na construção de centrais de ciclos combinados, nucleares, a carvão, etc., nos tubos, nos aços dos *pipelines*, nas refinarias, etc., a concentração e a sofisticação foi tal que nós ficámos fora desse jogo.

Há 30 ou há 40 anos ainda fazíamos umas caldeiras para as centrais a carvão. Hoje, se eu quiser fazer uma central a carvão ou uma central de ciclo combinado, os fabricantes não me deixavam sequer lá por uma caldeira, mesmo que tivesse alguma empresa em Portugal que conseguisse fazer as caldeiras que a Mague ou a Sorefame faziam.

É um pouco como se eu chegasse à fábrica da Autoeuropa e dissesse: «Sim senhor, vocês fazem aqui os escapes, mas eu tenho um tipo muito jeitoso ali que faz uns escapes e a incorporação nacional no *T-Roc* é um escape da latoaria do lado.» É evidente que o fabricante vai dizer: «Você pode meter o escape, mas eu não dou a garantia, o carro perde a garantia, etc.»

Isto para ilustrar o seguinte: hoje, se eu quiser comprar uma central a ciclo combinado ou equipamentos sofisticados, portanto da geração convencional, da energia clássica, se assim podemos dizer, tenho de ir aos suspeitos do costume, à Siemens, à Mitsubishi Heavy Industries, à General Electric, à Alstom, um pouco por aí. Não consigo fazer incorporação nacional nessas megatecnologias. Não temos escala, dimensão, etc. Portanto, houve uma consolidação desse mercado brutal, que, hoje, está concentradíssimo.

Ora, estas novas tecnologias — deixem-me usar a expressão — passam a ser de novo tecnologias à escala humana. Não quer dizer que o painel fotovoltaico, o aerogerador, não sejam já tecnologias sofisticadas, mas são coisas que não são do grupo nuclear de não sei quê. São equipamentos, soluções tecnológicas, que permitem, como se viu, democratizar, de novo, a produção de equipamentos.

Chamo a atenção para isto porque nós damos sempre muita atenção à questão da dependência do combustível, digamos, mas não nos apercebemos que, na formação bruta de capital fixo, para a ter o sistema energético operativo, também no paradigma anterior ficámos completamente fora de jogo e completamente dependentes e compradores.

Com esta redistribuição do jogo, com estas tecnologias, podemos, como se viu, com o caso de Viana, de Aveiro, de Vale de Cambra, etc., voltar a ter contributo para a produção destes equipamentos e, inclusivamente, exportá-los, como está a acontecer, de uma maneira impressionante, com os equipamentos de aerogeradores.

É, de facto, o único *cluster* industrial de raiz que se criou no nosso País depois do 25 de Abril. Os automóveis já existiam, existia a Renault, existia a General Motors, um pouco da aeronáutica também, já tínhamos as OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico), mas eram muito focadas na... Mas, realmente, é interessante constatar isso.

E temos 4000 empregos diretos só no complexo da ENERCOM, de Viana e dos arredores, e por aí fora.

Portanto, nesse sentido, também muitas vezes as comparações do género «ai, eu consigo tirar um megawatt/hora desta tecnologia a 20 e daquela é a 30», portanto, também não faz sentido... Como eu ouvia dizer em casa, «deus é bom, mas o diabo também não é mau». E há, de alguma maneira, que temperar e que avaliar todos os pesos na balança, sobre os prós e contras destas tecnologias. Agora, é inexorável.

Se calhar, um outro aspeto que perdemos, mas também não sei se conseguíamos aguentar, foi o tempo relativamente a tentar fazer uma coisa semelhante à volta do solar. Aliás, é sabido agora que aquela fábrica em Mértola está com problemas. Mas, no seu tempo, poderia ter havido mais ousadia em tentarmos criar unidades — não quero dizer que fosse só para células fotovoltaicas, mas para outros equipamentos dos parques fotovoltaicos —, se tivéssemos também, tentado montar um projeto e um concurso como os que ocorreram para as tecnologias do vento.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Tinha-lhe feito uma pergunta a que não respondeu.

Concorda que os produtores de energia eólica estão a ficar com má fama de serem beneficiários das rendas, enquanto o Estado é que fica com o proveito?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Julgo que sim. Claramente. Há uma diabolização dos produtores, das pessoas e das empresas que investiram nessas tecnologias, e, realmente, digamos que as externalidades, em particular e manifestamente, para as autarquias, freguesias... Há muitas, muitas juntas de freguesia em que a receita do que recebem da obrigatoriedade de transferir os 2,5% da faturação é superior a qualquer outra

fonte de financiamento da freguesia, sem falar nos compartes e, portanto, nos baldios, e esse valor também é muito estrutural na receita de alguns municípios.

O Estado, enfim, vai encaixando, quando lança concursos, e faz *lump sums*, portanto, encaixes, como falámos no caso das hídricas, de 600 milhões, e, como é sabido, no caso de dois dos consórcios do eólico, com a contribuição para o fundo tecnológico. Enfim, realmente, eu percebo, mas há sempre este apontar do dedo.

Lembro-me de, na altura, também com a questão da EDP, de ter ficado um bocado chocado, porque sabia que o Estado tinha muita dificuldade em honrar, inclusivamente, os compromissos que tinha acordado com a EDP — estamos a falar *in illo tempore* — mas que não se coibia de, no dia seguinte, estar a criticar a EDP porque não tinha mantido a linha *x*, quando na realidade o Estado não tinha honrado e criado condições para a EDP poder comprar e montar a linha *x*. Estas situações não são sérias, não são objetivas ao fim do dia.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Mudando de tema, falando agora da ERSE, desde que a Sr.^a Dr.^a Cristina Portugal é sua Presidente, a ERSE tem sido muito ativa em denunciar benefícios abusivos por parte da EDP. Aliás, em linha com todo o discurso do ex-Secretário da Energia. Foi por diversas vezes referido ou insinuado, nesta Comissão, que a ERSE estaria a ser dirigida pelo Sr. Secretário de Estado.

Essas referências ou insinuações podem ser vistas apenas como reflexo da discordância em relação à ação da Dr.^a Cristina Portugal, no entanto, foram proferidas quer no sentido de elogiar a sua atuação, quer no sentido de a criticar.

Na audição do Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes, quando questionado sobre os cortes que o ex-Secretário de Estado teria efetuado, ele respondeu

«em relação aos cortes das rendas por este Governo, embora eu não seja especialista, da análise que faço, julgo que, em termos de contratos e de cortes, este Governo e este Secretário de Estado não foram muito longe ou não terão ido muito longe. Onde tem feito um esforço muito grande, tem-no feito na gestão rigorosa, através da ERSE e dos contratos que tem, bem como nas medidas que foram tomadas no sentido de rever os custos. O Dr. Sá da Costa já terá mesmo dito que o ex-Secretário de Estado da Energia utilizava a ERSE como consultora.

Pergunto-lhe se, na sua opinião, a ERSE estaria a ser, de facto, dirigida pelo anterior Secretário de Estado da Energia, que comportamentos suportam a sua opinião e, qual é a sua opinião, sobre a atuação da ERSE desde que é presidida pela Dr.^a Cristina Portugal.

O Sr. Eng.^o **Nuno Ribeiro da Silva**: — Estão aí muitas questões.

Primeiro aspeto: há um problema, digamos, na máquina institucional do setor energético no nosso País que é uma pauperização da capacidade de resposta da Administração Pública e que é muito preocupante.

Eu tive responsabilidade na Direção-Geral de Energia, à época — depois havia as Minas, mas estavam separadas — e a capacidade técnica da Direção-Geral de Energia, à época, era muito reconhecida e capaz de responder. Hoje, até porque se tornou muito mais complexo o sistema, porque — por exemplo, na altura, licenciava-se uma grande central de x em x anos e, agora, é uma miríade e o processo é, todo ele, muitíssimo mais complexo —, temos um problema de défice de capacidade de resposta, em termos de meios, por parte da Administração. Isso tenderá a empurrar, por exemplo, a equipa da ERSE a fazer algum trabalho que, se calhar, seria mais da Direção-Geral de Energia e Geologia.

Além disso, julgo que o planeamento e a monitorização do sistema, que é hoje essencialmente acompanhado pela REN, deveria estar na Direção-

Geral de Energia. Não faz sentido... enfim, quando a REN era uma empresa pública, e mesmo assim... Isto só para ilustrar que, de facto, para um sistema complexo e que ainda por cima está a atravessar uma fase de grande mudança, é avisado considerar a sua capacidade. Por maior esforço que os funcionários e a Administração Pública façam, há um défice de ferramentas — e não é de hoje que isto acontece! — para responder às missões que estas instituições têm.

Julgo que, nomeadamente no mandato da anterior equipa com responsabilidade, houve sinais — e creio que foram transmitidos de forma abundante! — de, no mínimo, pôr pressão no regulador.

Enfim, falava-se em portas giratórias, na própria forma como as pessoas saiam do gabinete para a DGE ou para a ERSE... não penso que seja uma prática desejável...

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Então, a ERSE não é verdadeiramente independente!?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Diria que é um bocadinho como a mulher de César, mas, na verdade, houve algumas manifestações que apontaram nesse sentido.

Apartes de vários Deputados.

É muito importante que haja uma retoma da força, da capacidade técnica e do quadro de isenção da ERSE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, os apartes são uma figura regimental, mas não queremos que tantos apartes possam interromper aquilo que é o objeto da Comissão.

Sr. Engenheiro, pode continuar.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Ficou alguma coisa pendente?
Creio que não!

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Era a sua opinião!

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Eu disse-a, mas não me estavam a ouvir!

Risos.

Há que ter muito cuidado — e todos nós percebemos isso —, em particular em organismos que, por definição e por estatuto, têm bem vincada a sua independência, isenção e distanciamento; e acho que não foram avisados alguns dos movimentos que se verificaram relativamente à ERSE.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O Governo anterior tomou várias medidas no sentido de reduzir o défice tarifário e a dívida tarifária. Fê-lo através de uma leitura exigente do enquadramento legislativo, de uma leitura mais apurada dos contratos em vigor e, quando necessário, de um processo de negociação com as empresas do setor.

Os cortes foram conseguidos com um baixo nível de litigância. O atual Governo, pelo contrário, apenas aplicou cortes com base em medidas retroativas.

Sobre este assunto gostaria de lhe fazer quatro perguntas.

Primeira questão: poderá ser essa a razão pela qual existe um ambiente de grande crispação e de pré-litigância, até, entre as empresas e o Governo?

Segunda questão: na sua opinião, o recurso a aplicação de medidas retroativas e o desrespeito de compromissos assumidos conduz à perceção, por parte dos agentes económicos, de que em Portugal não há estabilidade regulatória?

Terceira questão: na sua opinião, as políticas seguidas pelo atual Governo promovem o investimento no setor e criam condições para o advento da transição energética?

Quarta, e última, questão: de que modo a política seguida pelo atual Governo condicionou a concretização do projeto da barragem de Girabolhos, já aqui referida pelo Sr. Engenheiro? Gostava que nos explicasse melhor todo esse processo.

Temos aqui respostas do Governo, a perguntas concretas que foram feitas sobre esse processo, que são um bocadinho diferentes daquilo que o Sr. Engenheiro nos referiu e, portanto, gostaria que detalhasse e explicasse melhor este processo.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, as duas primeiras perguntas estão muito ligadas. Claro que medidas com carácter retroativo são bombas — atenção! — que atiram estilhaços não só para o setor.

Todos nós estaremos de acordo que um Governo legítimo como este tem o direito de dizer que «a partir de agora isto passa a ser assim e deixa de ser assado». Porém, ter medidas retroativas é ferir o Estado de Direito, ponto!

Há vários exemplos, e daí ter sido criada, de facto, uma enorme litigância com todas as empresas e em todos os setores da energia, não só no setor elétrico, mas há um caso paradigmático. Em 2007, para equilibrar um ajuste da tarifa para o ano seguinte num valor à volta de 2% — que ficou de 1,2 — foram publicadas uma série de portarias pelo anterior Secretário de Estado, de alguma maneira, a desagregar custos do sistema elétrico ou a

antecipar encaixes do sistema elétrico para as contas fecharem, dando uma atualização tarifária que não era a real, a que era necessária.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Refere-se a 2017?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Exatamente.

Um dos casos foi, de facto, muito mal imaginado, francamente! Foi aquela questão de dizerem assim: vamos recuperar 140 milhões de euros aos promotores de renováveis, desde a nossa entrada na União Europeia, porque houve dupla subsídio. Ou seja, houve dupla subsídio porque havia uma tarifa garantida e porque os fundos europeus financiavam e subsidiavam, entre outras coisas, o investimento nestas áreas.

De facto, ficou tudo embasbacado. Como é que isto era possível?!

Por um lado, não era dupla subsídio porque os termos estavam perfeitamente definidos. Havia, em geral, fundos europeus de que todos os países beneficiaram, e todos os países tinham também as célebres *feed-in tariffs* e tarifas garantidas, no esforço de lançamento destas novas tecnologias.

O mais extraordinário é, primeiro, saber como se apuraram esses 140 milhões de euros. Haveria um estudo, mas que nunca veio à luz! Foi, de facto, fazer o *netback* para as contas fecharem.

E, depois, mesmo que, no caso do setor elétrico, fôssemos recuperar para as contas públicas esses 140 milhões de euros — e já nem sabemos onde é que aquilo anda, cada parque e cada projeto —, esse dinheiro iria reverter para Bruxelas, não ficava no sosso sistema elétrico.

No plano prático, o resultado é que, até agora, não houve recuperação de nada porque também não é possível. Independentemente da ilegitimidade deste ato, essa recuperação não é possível!

Enfim, isto ilustra um bocadinho algumas decisões — eu diria, surpreendentes! — que foram tomadas no quadro da anterior equipa.

É evidente que isto gerou litigância e é também evidente que cria instabilidade.

Se o Sr. Deputado for ver as declarações feitas em qualquer seminário, congresso, etc., o que mais se pede é previsibilidade regulatória e legislativa.

Costumamos dizer que o curto prazo são mais de cinco anos, mas neste setor, como, se calhar, no dos transportes, o curto prazo tal como o entendemos não existe. Tudo leva imenso tempo, tudo tem de mobilizar muitos recursos, muitos meios, muito estudo, muito licenciamento etc. O caso de Girabolhos é paradigmático!

Portanto, se entrei num processo em que negocieei, fechei um contrato — e já sei que, por muito que tudo corra bem, fazer uma barragem vai demorar sete ou oito anos — e depois, enquanto estou a construir a barragem, me mudam as regras que acordei, obviamente que fico muito desconfortável.

Volto a lembrar que, no momento em que estamos, de transição energética, de redesenhar toda esta coisa do sistema energético, tem de se ter este aspeto particularmente em conta. Não estamos em velocidade cruzeiro, estamos a redesenhar isto tudo e nem os profissionais sabem muito bem como é que isto vai acabar.

Por exemplo, dentro de uma empresa como a ENDESA, que supostamente tem toneladas... tem técnicos e excelentes quadros, e mais não sei quê... se é para discutir qual é a tecnologia em que vamos, sobretudo, apostar — sabemos que não é o carvão, que está a tender para «morrer» —, há imensas hesitações e imensas teorias sobre se é melhor fazer: hídrico, solar, fotovoltaico ou concentradores solares, eólico *onshore* ou *offshore*, baterias...

Ou seja, é muito importante que este setor tenha uma estabilidade, uma previsibilidade legislativa e é verdade que o que aconteceu em 2017 e,

depois, todo o debate que foi havendo, ininterruptamente, em 2018, relativamente à volta da CESE, foi muito nocivo — e sei de situações concretas! — para a estabilidade das condições e para a mobilização de investimento.

Objetivamente, esse debate está contra as renováveis, está contra a transição energética, está contra a descarbonização. Não tenhamos ilusões sobre isso!

Primeiro, porque as empresas que hoje realmente investem nestes setores não são só as tecnológicas, são os fundos, etc...

Na realidade, há uma dinâmica tal e tantas oportunidades para investir nestas áreas um pouco por todo o mundo que os investidores não — costumo dizer que uma coisa somos nós, portugueses, mas estes investidores e, infelizmente, como não temos muito capital disponível no nosso País — adormecem preocupados com Portugal e não acordam a querer saber se Portugal dormiu bem. Põem o dinheiro onde se sentirem mais confortáveis e aí causou-se dano.

Como digo, com os objetivos tão ambiciosos que temos é muito importante que se acautele uma estabilidade, uma previsibilidade.

Sobre a questão de Girabolhos, julgo que disse o fundamental. O quadro, o processo... Portanto, houve o concurso, apontámos para aquela barragem até porque conhecíamos todas as situações e tínhamos a perceção de que era uma barragem sem problemas ambientais, sociais, sem impactos de qualquer ordem. Não seria problemático.

Tivemos uma tremenda preocupação de manter enorme transparência com todos os parceiros locais. Posso dizer-vos, e poderão confirmar, ainda que alguns já não estejam no exercício de funções de presidentes de câmara, por exemplo, com o presidente da Câmara de Seia — mudou o de Mangualde, o de Gouveia, sendo que o atual estivesse já como vice do então presidente —, que no dia em que recebi por *e-mail* da Direção-Geral a

informação de que nos tinha sido atribuída Girabolhos a nós estava lá a mostrar aos quatro presidentes de câmara, a fazer reuniões com eles e a dizer: «Meus amigos, está aqui o meu telefone, conhecemo-nos, qualquer problema que haja não hesitem um minuto e estamos aqui».

E sempre assim foi. Não houve um problema. Estivemos a esclarecer as juntas de freguesia, os compartes, às vezes, até, casos particulares que eram casos um bocadinho mais críticos. Mantivemos sempre uma relação extraordinária.

Foi, portanto, muito frustrante criar-se, de alguma maneira, um movimento contra a ideia da construção de barragens e de que construir barragens, em si, era mau. Como tive oportunidade de dizer na altura, há sítios onde é péssimo, mas há outros em que temos muitos benefícios. E não estou a falar de cor.

Fui eu que nunca deixei, enquanto estive na Secretaria de Estado da Energia, inscrever Foz Côa no plano de investimentos da EDP. E não sabia que havia gravuras. O que sabia era que o projeto que estava feito ia inundar a zona mais produtiva e uma zona importantíssima da Região Demarcada do Douro. A Quinta da Ervideira e tudo isso hoje não existiriam!

Portanto, havia ali um problema de prós e contras. E não sabia que havia as gravuras, elas apareceram posteriormente a eu sair da Secretaria de Estado da Energia.

Como em tudo na vida, há uma questão de prós e contras. Adorava ter um aerogerador no cocuruto do Palácio da Pena! Tinha 8000 horas e tal de vento garantido! Mas não me passa pela cabeça ir pedir ao Ministro Matos Fernandes uma licença para instalar um aerogerador no cocuruto do Palácio da Pena. É como em tudo na vida, não é?

Era, de facto, um projeto que tínhamos rastreado e que não tinha problemas maiores de impacto ambiental ou de potencial recusa das populações. Isto porque, sempre disse, nas barragens, quando vamos para lá,

estamos casados para 100 anos! Estava tudo a andar, mas quando começaram, perante o investimento daquela dimensão, a ser postos em causa os termos do acordado, aí, obviamente, o investidor ficou desconfortado.

Não vou, como se costumava dizer, pôr bom dinheiro em cima de mau dinheiro. Se foram alteradas as condições que negocieei, sem me dizerem o que vem a seguir, mas que será reaberta a negociação dos termos em que foram atribuídas as licenças no âmbito do Plano Nacional de Barragens, a decisão foi a de travar a fundo.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O Governo dá umas respostas diferentes das que o Sr. Engenheiro deu, mas ficamos com elas.

Devido ao advento da transição energética, verifica-se uma tendência crescente no sistema elétrico nacional no sentido de este ser alimentado por energias renováveis. Neste contexto, as centrais térmicas passariam a ser utilizadas como unidades de *backup* do sistema. Como consequência desta realidade, vários operadores de centrais térmicas consideram hibernar as suas centrais sempre que o preço de mercado não estiver num determinado intervalo de valores.

Pergunto, na sua opinião, qual seria o impacto que tal comportamento poderia ter no sistema elétrico. Gostaria ainda que, se possível, nos explicasse se, na sua opinião, existe alguma ligação entre as políticas de eletricidade e o setor do gás natural.

Última pergunta: acha que mecanismos como o da garantia de potência a atribuir aos produtores de energia, nomeadamente através da componente da disponibilidade, poderão ter um impacto relevante nas tarifas de acesso ao mercado do gás?

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — A articulação entre o setor elétrico e o gás, deixe-me começar pelo fim, é muito grande e será crescente.

Isto porque, como o que se antecipa é um modelo de, digamos, frota de centrais renováveis apoiado com gás, essa intimidade será crescente.

Além da intimidade tecnológica, é também relevante a da economia dos sistemas. Sabemos que a infraestrutura de gás em Portugal ainda é relativamente recente, ainda está numa fase relativamente inicial. Não tínhamos gás. Éramos nós e a Grécia os únicos que, na altura, não tínhamos.

O investimento foi forte, foi feito e está a ser amortizado. Há encargos da infraestrutura que são importantes. Portanto, é relevante, como, há bocadinho, a questão do veículo elétrico poder vir diminuir o preço da eletricidade ao usar melhor as centrais e aumentar o uso das centrais elétricas. O maior uso de gás contribui para o abaixamento do preço por m³ que o consumidor vai ter de suportar, porque estou a distribuir... Digamos que 100 € seria o custo fixo por 200 unidades, em vez de o distribuir só por 150 ou por 100.

Portanto, essa intimidade é muito estreita e pode ser também um fator a explorar com esta tendência de valorizar o menor prejuízo em termos de emissões que as centrais de ciclo combinado causam quando funcionam.

Sobre a questão da garantia de potência que deu alguma polémica, e que foi referenciada como uma renda, etc., etc., devo dizer que é absolutamente não conforme com os factos e os aspetos técnicos dizer isso.

A garantia de potência, como sabem, e já tem sido falado aqui, no fundo, costumo comparar, é a mesma coisa que eu ter um agente da polícia ou um bombeiro em prontidão. Não pago ao agente da polícia só quando ele evita um assalto ou ajuda um invisual a atravessar a estrada. Não pago ao bombeiro só quando ele está a transportar doentes ou a apagar fogos! Pago-lhe e ele está ali de prontidão.

É de alguma maneira a comparação que podemos fazer com isto. Olhe, tem vindo à baila 2014 que é um ano traumático dos ciclos combinados, mas tive de ter, durante esse ano em que não produzi uma vez — fiz uns testes de

prova, porque tinha de fazer para provar disponibilidade —, a equipa 365 dias durante 24 horas em frente aos monitores pronta para carregar no botão a uma solicitação! Tenho de ter o gás disponível para o ir buscar para aquecer a chaleira. Tenho de ter toda a infraestrutura pronta para responder tal como o quartel de bombeiros e o polícia na rua ou o bombeiro na rua.

É isso a garantia de potência. Pode dizer-se: não preciso de polícia e não preciso de bombeiros, porque não há fogos ou não sei quê. Pronto, ok, se acha que não preciso ter centrais em prontidão para responder às solicitações e a problemas inclusivamente que podem suceder...

Por exemplo, pode haver quedas ou acidentes nas linhas elétricas e imediatamente isso pode obrigar a ter de fazer entrar novas centrais no sistema que vão cobrir essa perda de alimentação e de acesso a outros... Ou seja, é muito distorcido dizer que se trata de uma renda, porque estou a pagar, como vi muitas vezes escrito, para uma central que não está a funcionar. Era exatamente a mesma coisa, repito, dizer que é uma coisa não legítima chegar ao fim do ano a um polícia e dizer-lhe: «O senhor não prendeu ninguém, não deu tiros, não passou multas, portanto não lhe pago o ordenado».

O homem esteve lá! É disto que estamos a falar.

Esta questão foi possível ser posta assim de uma maneira tão ligeira, deixe-me dizer, porque estamos, de facto, com um sistema com uma capacidade instalada confortável. Mas, com a perspetiva, agora, nomeadamente de saída do carvão, de grandes quantidades de potência de carvão, de ver como vai ficar todo este processo de negociação das nucleares, da extensão da capacidade, etc., com uma retoma da procura de eletricidade que este ano que passou aconteceu e que já não acontecia há cerca de 15 anos, não estejamos tão confortáveis de que a dispensa está cheia!

Efetivamente, não vai haver investimento no chamado *backup* em retaguarda de apoio ao sistema em centrais que eventualmente venham a ter de ser construídas no futuro, que não as renováveis, mas que deem garantia

ao sistema, como no caso das barragens. Não vai haver investimento sem um mecanismo de pagamento de garantia de potência. Não vai haver, ninguém vai investir! Repito: ninguém vai investir em novas centrais de ciclo combinado, se for necessário, em novas barragens de grande porte, sem falar em centrais nucleares ou noutras tecnologias. Porque não sei que tempo é que vão funcionar! Aliás, como já disse aqui a minha colega, a propósito da questão do CAE, a questão, à época, de não ter sido possível passar do CAE para o CMEC no que respeita à Tejo Energia era, exatamente, já essa imprevisibilidade e essa impossibilidade de prever o que ia ser o funcionamento e, conseqüentemente, a geração de eletricidade e de dinheiro.

Agora isso é muito mais arriscado ainda porque, como digo, este ano que passou, com a seca, com os preços do carvão, com não sei o quê, conseguimos funcionar na ElecGás 2500 horas, em 2014 funcionámos zero minutos. Portanto, quanto à garantia de potência é errado e é muito perigoso meter no embrulho que isto é mais uma maneira de passar umas massas para estes tipos, falando bem e depressa — não é, não é! A garantia de potência, nem de perto nem de longe paga a equipa que eu tenha ou que tenha a EDP em frente aos ecrãs e os painéis e a central pronta a entrar em funcionamento a uma solicitação do sistema.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Encerramos esta primeira ronda de questões. Tenho a indicação de que o PCP deseja utilizar a segunda ronda e, portanto,...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O PS inscreve o Deputado António Cardoso para os 2 minutos.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Para a terceira ronda?...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — O PSD também se inscreve para os 2 minutos.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Tudo junto?!...

A questão é a seguinte: faz-se tudo na segunda ronda porque assim evita que tenhamos mais uma ronda, não é? Presumo eu, a não ser que queiram usar o direito potestativo de utilização das rondas.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A minha sugestão é que o PCP faz os 5 minutos e depois o PS e o PSD fazem os 2 minutos.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Muito bem.

Sr. Deputado Duarte Alves, do PCP, faz favor.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, podemos fazer um intervalo?

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Sim, Vamos fazer um intervalo de 5 minutos.

Pausa.

Vamos retomar a nossa reunião com a passagem à segunda ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, do PCP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, Eng.º Nuno Ribeiro da Silva, vou colocar-lhe algumas questões sobre a evolução das tarifas na energia elétrica, para além de algumas declarações que gostaria que tivesse agora a oportunidade, nesta segunda ronda, de explicar.

Em 2013, o Engenheiro dizia, quando ganhou um leilão para fornecimento de eletricidade organizado pela Deco, que não é possível haver mercado liberalizado de eletricidade sem aumentar os preços ou as tarifas de partida.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Perdão, tarifas de ...?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Os preços de tarifas de partida.

Portanto, como era possível haver mercado liberalizado sem esse aumento de preços?

Em setembro de 2018, o Presidente da ENDESA, Nuno Ribeiro da Silva, considerou a situação preocupante, falando já em eventuais aumentos de preços.

Depois, mais tarde, o Sr. Engenheiro ainda criticou a proposta do PCP, que veio a ser aprovada no Orçamento do Estado para 2019, para permitir que os consumidores se mantivessem nas tarifas reguladas, dizendo até que ia favorecer a maior empresa do mercado de eletricidade, a EDP, e também que o PCP podia colocar pressão sobre a ERSE para o regulador publicar tarifas artificialmente baixas.

Ora, o Orçamento de 2019 foi aprovado com essa proposta, a ERSE publicou as novas tarifas, mais baixas, e aquilo que queremos perguntar é se, então, depois, a ENDESA decide baixar também as tarifas? Ou seja, se eram tarifas artificialmente baixas, a ENDESA acompanhou e, aliás, até foi a empresa que mais baixou as tarifas. Portanto, se calhar, se não fosse esta proposta, bem como a proposta de tarifas que a ERSE lançou, estariam os consumidores portugueses a pagar tarifas artificialmente altas, porque, afinal, sem violar, com certeza, as regras de mercado de vendas abaixo do custo de produção, era possível baixar as tarifas.

A questão de não ser possível haver um mercado liberalizado sem haver baixa de preços e depois haver a preocupação com os preços e depois todo esse desenvolvimento, gostaríamos que pudesse justificar um pouco essas informações e se não acha também que a existência de um setor regulado, com tarifas adequadas e criteriosamente fixadas pela ERSE, não pode ter um importante papel na regulação dos valores das tarifas em mercado livre e sem prejudicar o mercado, mas constituindo um teto à especulação num produto essencial e de tão difícil acesso na compressão dos preços pela generalidade das pessoas.

Já ainda na primeira ronda manifestou algum desconforto em falar sobre as declarações daquele que foi o seu Ministro, quando era Secretário de Estado, o Eng.º Mira Amaral, mas não posso deixar de colocar aqui em confronto duas visões, a sua e a do Eng.º Mira Amaral em relação à política energética.

O Eng.º Mira Amaral diz que se aplica a teoria da captura, que os Governos estão capturados por PS, PSD e CDS, inclusivamente que o Eng.º Henrique Gomes foi entalado, que o Secretário de Estado da Energia, Seguro Sanches, também foi entalado — são expressões do Eng.º Mira Amaral.

Já o Eng.º Nuno Ribeiro da Silva tem uma outra visão. Disse até, em várias ocasiões, que tem sido crítico de algumas decisões do poder político, com o argumento que esse poder político estaria refém dos partidos da — e cito —: «extrema-esquerda», ou seja, do Bloco de Esquerda e do PCP.

São duas posições diferentes.

Aconteceu, com a aprovação da possibilidade do regresso da tarifa regulada, de que já falámos, e também de algumas decisões do ex-Secretário de Estado da Energia Jorge Seguro Sanches ou com medidas do Orçamento do Estado. Queria explorar um pouco mais esta questão: por que é que, segundo o Sr. Engenheiro, quem está refém do BE ou do PCP é corrido do Governo, como denuncia o Eng.º Mira Amaral? Ou o Sr. Engenheiro

considera que só os Governos e governantes que tomam medidas na energia de acordo com os interesses da EDP, da ENDESA, da Iberdrola, etc., só esses é que não estão reféns de nenhuns partidos? Ou podem estar reféns, mas se for do PS, do PSD e do CDS, então, nesse caso já não há problema nenhum?

Só para terminar, em 31 de outubro passado o Sr. Presidente da ENDESA também disse que o Governo atija luta de classes quando promete pôr as empresas da energia ao serviço das famílias e das empresas e a última pergunta, então, que lhe queria colocar é saber, na sua opinião, ao serviço de quem deve estar a política de energia, se não é ao serviço das famílias, das empresas, do desenvolvimento da economia nacional ou se, pelo contrário, se deve estar ao serviço do grande capital, nomeadamente capital espanhol.

É esta a minha última pergunta.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Terminamos, assim, a segunda ronda. Vou dar a palavra o Sr. Engenheiro, para responder.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, pedia que juntássemos já os 2 minutos por Deputado, para que o Sr. Engenheiro pudesse responder em conjunto.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Muito bem.

Então, dou a palavra ao Deputado António Cardoso, do Partido Socialista.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, começo por cumprimentá-lo e agradecer-lhe toda a informação que nos deu, aliás, tem sido uma audição muito rica e eu, pessoalmente, saio daqui com os meus conhecimentos sobre energia muito mais fortalecidos, embora esteja ligado á área de eletricidade, mas foi muito interessante este debate.

Queria fazer duas declarações sobre as quais agradecia o seu comentário e que têm que ver com a garantia de potência.

No passado, fez sentido — e muito sentido —, aliás, por razões que todos nós conhecemos, mas hoje temos uma realidade bastante diferente, pois no ano passado tivemos um mês em que fomos autossuficientes com energias provenientes de fontes de energias renováveis, portanto, um dado positivo que nos leva a encarar o futuro com algum ou mesmo muito otimismo. Daí dizer que se fechássemos as centrais térmicas a carvão, obviamente que não faria sentido e, de um aforma responsável, eu não podia dizer que a garantia de potência não fazia sentido. Portanto, queria que comentasse esta realidade, isto é, a garantia de potência justifica-se porque temos as centrais térmicas a carvão?

A segunda questão tem que ver com o seguinte: durante o debate, o Sr. Engenheiro disse que as centrais tinham prejuízos por estarem paradas. Penso que isso não é bem verdade porque a componente da remuneração para a disponibilidade é assegurada pelos CMEC. Também queria que comentasse esta afirmação.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, gostaria de voltar à questão da Barragem de Girabolhos.

O Sr. Engenheiro disse-nos aqui que o projeto não levantava especiais dificuldades ou especiais problemas em termos de impacto ambiental, que a ENDESA estava animada com o projeto, mas que ficou desconfortável a partir do momento em que o Governo — que o Estado, melhor dizendo — começou a pôr em causa os termos do acordo e a incerteza gerada a partir deste facto, bem como sobre aquilo que poderia acontecer no futuro, levou a

que a ENDESA abandonasse esse investimento. O Governo, na resposta a uma pergunta que lhe foi formulada, não diz exatamente isso.

O Governo começa por dizer que o cancelamento ao provento hidroelétrico de Girabolhos resultava da simples circunstância do cumprimento das metas definidas no Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis e no Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) deixar de estar dependente da execução daquele investimento.

Diz ainda o Governo que a ENDESA aceitou chegar ao acordo quanto ao cancelamento porque a evolução do mercado elétrico nos últimos anos, bem como a evolução do mercado financeiro assim o recomendaria, que é como quem diz, digo eu, que a ENDESA aceitou desistir do projeto negociando com o Governo porque isso até lhe dava jeito. Em que ficamos, Sr. Engenheiro?

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Sr. Engenheiro, para responder tem cerca de 8, 9 minutos, sendo generoso, sabemos que gastará mais.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — São perguntas do PS e do PCP, vamos a isso.

Nas questões colocadas pelo Sr. Deputado do Partido Comunista Português, há aqui muitas coisas. Vou tentar agarrar o mais possível nos temas.

O contexto em que houve o comentário, na altura do concurso que a Deco lançou, a referência vinha de nesse ano, creio que era 2017 ou 2016 já...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em 2013...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Perdão.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — 2013...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — 2013?!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Só se estou enganado, mas penso que sim...

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Bom, mas o que acontecia era que as tarifas — em 9 minutos é complicado —, tal como a ERSE as estruturava, não eram tarifas aditivas, ou seja, as tarifas de referência do mercado regulado ou do chamado sistema universal eram tarifas que, na realidade, não refletiam os custos do sistema e daí se ter criado o défice tarifário. Ou seja, na evolução dos custos do sistema e que levou, nomeadamente, à saída do primeiro regulador, do Prof. Jorge Vasconcelos, as tarifas reguladas não refletiam, de facto, os custos do sistema e era nesse sentido que qualquer leilão não permitia que viesse — e foi um alerta — a criar expectativas de que iam aparecer ofertas de tarifas abaixo da tarifa do chamado sistema universal. Faço-me entender?

Entretanto, houve uma gradual reestruturação da forma como a ERSE calculou as tarifas. É um processo bem complexo. E a verdade é que começou a ser possível ter ofertas de mercado por parte, praticamente, de todos os agentes que estavam no mercado desde a EDP Comercial, portanto, o braço em mercado da EDP em comercialização, por nós e por outros comercializadores, com tarifas com vantagens em preço ou em condições melhores do que o chamado serviço universal.

Começou, aí, sim, a haver espaço para concorrência, para ver quem é que pede menos. Quem dá mais, neste caso, é quem pede menos. Ou seja, de

facto, se todos os produtores de ovos não conseguem produzir uma dúzia abaixo de um euro, por dúzia, e eu tenho um diploma que diz que, custe o que custar, não posso vender a dúzia de ovos a mais de 50 cêntimos, como não há nenhum produtor que produza a menos de 1 € e eu tamponi o preço de venda a 50 cêntimos, na realidade não vai haver concorrência. Não vai haver.

O que vai haver é pessoas a deixarem de produzir ovos porque não conseguem recuperar o custo da produção. E era um bocado essa a situação em que estávamos. A tarifa definida pela ERSE, como referência, e que cobria o serviço universal, quem estava em serviço universal, não refletia os custos do sistema. Volto a dizer: daí a criação do défice tarifário.

De facto, fiquei surpreendido e critiquei com algum desabafo público a proposta que veio do PCP de voltar a permitir que os consumidores regressassem à tarifa regulada — foi essa a questão...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Esperemos que por muitos anos da nossa parte.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sr. Deputado, repare que não teve grande sucesso, porque a quantidade, nos cerca de seis milhões de clientes que estão em mercado livre — não tenho aqui o número, mas terão sido 80 000 ou coisa do género, está publicado naqueles relatórios da ERSE sobre o mercado liberalizado —, não foi empolgante. Tem muitas ofertas, se for ao simulador de ofertas, abaixo do preço da tarifa regulada.

Mas a relevância disto é a seguinte, Sr. Deputado: sabe que já houve, para aí, quatro ou cinco, já perdi a conta, adiamentos de acabar com a tarifa regulada no doméstico. Já acabou em outros níveis de tensão, nomeadamente para médias tensões, muito alta tensão e alta tensão. E foi dado o sinal, aliás,

de acordo com a regulação e determinação europeia, de que as tarifas reguladas gradualmente iam desaparecer.

Tenhamos em conta que hoje já é absolutamente remanescente a quantidade de eletricidade e o número de consumidores que estão em tarifa regulada. É dado um sinal para que se desenvolva o mercado dos comercializadores e ao sistematicamente adiar... Mas ainda havia a referência de um relé que não permitia voltar ao mercado regulado ou ao mercado administrado, digamos, ao alterar também essa regra, criou-se uma situação de desorientação de não previsibilidade relativamente ao trajeto que tinha sido definido.

Usando uma imagem, o que temos é o seguinte: era definido que o objetivo era ir de Lisboa ao Porto, mas, a dada altura, chego ao Porto e, por várias vezes, me dizem que o Porto, afinal, ainda não é ali, que não julgue que era a cidade do Porto, mas era o porto de Esposende, de Viana ou de Vigo, portanto tenho de andar mais. Depois, ainda por cima, quando estou lá à frente, dizem-me que, afinal, era mesmo a cidade do Porto.

Quer dizer, isto não pode acontecer. Como lhe referia, os comercializadores em geral têm tido a capacidade de apresentar preços mais baixos, inclusivamente que a tarifa regulada.

Portanto, de facto, hoje, a tarifa regulada que tem de desaparecer por causa da legislação e ditames comunitários, não tem uma utilidade efetiva, prática. A tarifa regulada não só teve importância porque, para já, se partiu de uma situação em que toda a gente estava em tarifa regulada e as tarifas estavam distorcidas, daí a criação do défice tarifário.

Ajustar a tarifa e a migração dos clientes para o mercado liberalizado não podia ser num tiro apenas, porque, se não, era um bocado o caos, de repente, seis milhões de contratos a mudarem para... Além do mais, não havia comercializadores no mercado. Esta questão é particularmente, em

abono da defesa dos pequenos comercializadores, porque empresas como a EDP, nós ou a Iberdrola têm outro arcaboço.

Por exemplo, cada vez mais me é pedido para fazer contratos, em particular com as indústrias, os serviços, etc., a 12, 18, 24 meses e corrobiscos. No ano passado perdemos dinheiro que não acabou, porque contratualizei a um ano, por exemplo, e, mesmo que depois tenha de ir buscar eletricidade ao mercado mais cara do que o valor com quem contratualizei — no ano passado o preço da eletricidade, em média, andou a 52 €, e fiz contratos a 40 €, 42 € —, tinha a obrigação contratual de entregar. Ia comprar a 51 € e vendia a 42 €, mas aguentei-me.

O que é que aconteceu com os pequenos comercializadores? Faliram, porque não tinham arcaboço para se aguentarem neste contexto de mercado.

Os dois temas são diferentes. O outro é porque realmente não tinha terreno. Como dizia: se todos produzem a 1 € e nenhum pode vender a mais de 50 cêntimos, vai deixar de haver ovos no mercado. Daí esse comentário que fiz na altura em que se criou uma expectativa de que a grupagem — que é muito bem feito e vai aparecer outra vez — que a DECO fez de clientes era um alerta de que se estavam a criar expectativas que não iam depois ser refletidas nas ofertas das empresas, como aconteceu. Não podiam, porque os preços estavam abaixo dos custos.

Depois, de facto, esta questão de poder voltar à tarifa regulada, como digo, não teve nenhum impacto significativo e, realmente, é uma alteração sistemática de pressupostos e orientações que são dadas aos atores do sistema.

Em relação à outra questão sobre política energética, captura dos governos e tal, a pessoa que comentou isso lá saberá, eu não sei.

Quando diz que o Secretário de Estado A ou B foi vítima de tal, e tal, francamente tenho uma opinião sobre isso um bocadinho mais pessoal. Acho que com estas leituras, depois, criam-se aqui quase equipas e claques

Benfica-Sporting. Quer dizer, adoramos um jogo de futebol, mas reconhecemos que, muitas vezes, perdemos a lucidez com o clube do coração. O outro caiu no meio campo e já dizemos que é penákti, porque é dos outros. O nosso rasteirou e partiu a perna ao outro na grande área e dizemos que não foi nada, que foi um azar.

Bem, aqui há muito disto! Garanto-lhe que há muito disto e conheço pessoalmente muitos, diria, todos estes protagonistas. Enfim, olhe, eu tenho-me mantido coerente e, felizmente, nunca dei tiros nos pés. Andei pendurado em pedidos de apoios e de subsídios e de coisas que quando correram bem e conseguiram terreno fizeram elogios ao protagonista de serviço e quando se teve uma negativa passou de bestial a besta.

Permitam-me que não ilustre com situações, mas essa não é a minha maneira de ver este tema complexo, estruturante e importante para todos nós que é o da energia. Não o vejo como uma leitura dos bons e dos maus, do Benfica-Sporting.

Portanto, quando digo que algumas medidas que foram criticadas pela equipa governativa anterior foram num quadro de luta de classes, quero ilustrar, em primeiro lugar, de facto, que a mensagem que se passava e se passou, por diversas vezes e não foi só sobre as empresas elétricas, era a de que estes tipos são uns aldrabões.

Insurgi-me numa situação quando foi dito que, ilegitimamente, andei a enganar os meus clientes, quando, como foi dito, repercuti, a CESE, por exemplo, nos clientes. O que é falso! Não admito que seja quem for venha dizer que eu enganei, ludibriei, menti a 300 000 clientes que estou a fornecer! É falso o que foi dito.

Isso, realmente, é um tipo de declaração irresponsável que foi feita pelo Secretário de Estado da altura, que não corresponde à verdade e que é provocadora de uma conflitualidade, de uma desconfiança e de uma

confrontação que, em particular, neste caso, não tem razão de ser. É a insinuação, sempre a insinuação.

Recordo-me de que houve outro caso, com as empresas petrolíferas sobre a concertação de preços e não sei quê...

Naturalmente que um membro do Governo do País, legítimo como é, tem as suas opiniões, mas não pode mentir insinuando que há desonestidade por parte do outro. Como aquele exemplo de que falei da recuperação dos 140 milhões para o sistema elétrico e que havia dupla subsidiação...

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Pedia-lhe que acelerasse um bocadinho, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Não é verdade!

Foi nesse sentido que comentei. Realmente não se resolve nada num setor tão importante como este com estas declarações bombásticas.

Deixe-me dizer o seguinte: temos reduzido a política energética a uma questão de preço. É muito importante. O Sr. Deputado perguntou-me isso. Claro que é muito importante.

A política energética tem um tripé: tem a preocupação de segurança, ou seja, de abastecer sempre – a energia não pode faltar; a preocupação da interface com o ambiente – a energia é o inimigo público n.º 1 do ambiente, é em termos de CO₂, em termos locais, regionais, etc.; e a energia tem de posta ao serviço das pessoas e das empresas a um preço comportável.

Este é o tripé eterno da política energética. Não é só preço, não é só ambiente, não é só segurança, até porque são objetivos conflituais. Só a eficiência energética e a poupança de energia é que são, como eu digo, a aspirina que faz bem à cabeça faz bem a todo, mais ou menos, mas a maior parte das medidas de política energética fazem bem à cabeça mas fazem mal ao estômago...

Se quero aumentar a segurança com mais uma linha e mais umas centrais para *backup*, isso vai ter um custo, isso vai ter impactos negativos sobre o ambiente, porque qualquer linha que eu faça ou qualquer central que eu construa não é bonito para o ambiente, e podíamos ir por aí fora eternamente...

E o que acho também é que, no momento tão importante de transição energética, focarmo-nos apenas – e não estou a minorar a importância, sublinho, não estou a minorar a importância – na questão de que política energética é apenas preço, contas e tal, e não estou a minorar a importância, mas, só falar nisso, é também muito reducionista.

Quando eu fui para o Governo em 1987 para a energia, a única coisa – e, felizmente, isso aí evoluiu muito – que, por exemplo, as pessoas da comunicação social sabiam perguntar era se eu era pró ou contra o nuclear. A política energética era sempre pró ou contra o nuclear... E, depois, até uma ação didática, mas era um bocadinho disto.

O Sr. Deputado António Cardoso colocou a questão dos prejuízos quando as centrais estão paradas e disse que isso está incluído nos CMEC... O meu problema é que não tenho CMEC. Portanto, a central do Pego, os grupos do ciclo combinado do Pego, estão em pleno, puro e duro mercado. Agora, eu não tenho rede e, portanto...

Efetivamente, uma garantia de potência que seja negociada e sempre comprovada, porque havia sempre solicitações por parte do operador de sistema, da REN... A REN podia dizer: «não preciso de ti, mas vê lá – e muito bem –, se consegues entrar com x da capacidade em x tempo.» E eu tinha de ter as pessoas e todo o sistema pronto para responder, porque se não perdia, só por si, o direito de forma gradual à remuneração da garantia de potência.

Mas, lá está, a resposta é esta: eu ali não tenho nada. Não tenho CAE, não tenho CMEC, não tenho nada! Tenho só o mercado.

Sobre as renováveis a 100%, as térmicas a carvão, e tal... Vamos lá ver: nós conseguimos, aquela coisa que foi um ótimo *slot* em termos do mundo, ter quatro dias efetivos só com renováveis na produção de eletricidade. Tivemos quatro dias seguidos das 0 às 24 horas.

Já, por exemplo, esse mês de março do ano passado relativamente ao qual se disse que produzimos integralmente com renováveis, isso no saldo do mês foi verdade, o que se consumiu de eletricidade no país em março foi o que produzimos com renováveis, que até exportámos, etc., mas não teve durante os 31 dias do mês de março sempre as 24 horas, muitas vezes, foi preciso ir lá, como eu costumo dizer, com um bocheco de carvão ou um bocheco de gás para aguentar o sistema.

Na realidade, esses quatro dias de há dois anos, esses é que foram integralmente das 0 às 24 horas continuamente só com renováveis o que é muito entusiasmante de facto. Ou seja, muitas vezes, as discussões que ouvimos vão no sentido de dizer: o sistema não se aguenta só com renováveis. Bom, houve ali um teste; o sistema aguenta-se só com renováveis. Claro que temos de ter cuidado, temos de ter reservas, por enquanto, ainda, sobretudo, com gás, mas com reservas de albufeiras e com a expectativa que as baterias e os acumuladores venham a ganhar terreno, venham a baixar o preço, serem mais eficientes na acumulação e sirvam de dispensa ao sistema quando as renováveis não são suficientes.

Agradeço-lhe a questão sobre a Barragem de Girabolhos e quanto ao facto de o Governo dizer que já não era necessário, porque já estávamos nos objetivos com que estávamos comprometidos, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que não há nada como o tempo, vamos ver quando chegarmos a 2020 e ainda estamos em 2019, o que no setor não é um tempo extraordinário, mas o Sr. Ministro João Pedro Matos Fernandes já declarou que teme muito – e creio que até o disse publicamente – que não vamos estar nos objetivos com que nos comprometemos para 2020.

O Sr. **Presidente**: — Que havia esse risco!

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Sim. E, pelas minhas contas e feitas com o maior dos otimismo, acho que não vamos, de facto, estar.

Portanto, não haveria tanta folga, ou tanto conforto para dizer: «eh pá, já estamos cheios, não quero sobremesa».

Sobre a questão de se foi da aceitação de desistir, pela nossa parte, Sr. Deputado, é verdade que, desde o início, houve alterações no enquadramento, coisa que, aliás, também, era previsível que acontecesse... A construção de uma barragem leva tanto tempo, a vida de funcionamento de uma barragem leva tanto tempo, mas também repare: também é verdade que durante esse período o papel em que joga uma barragem, ou uma central de bombagem, houve um outro fator que correu a favor do investidor, que foi o de aumentar o diferencial de preço entre o valor da eletricidade nas horas de maior consumo e o valor da eletricidade no vazio e a bombagem serve, como há pouco falávamos, só para isso, ou seja, é para eu aproveitar e gastar eletricidade, digamos, a bombar quando a eletricidade está barata, e turbinar quando a eletricidade está cara, portanto, isto evoluiu a favor de quem investiu nestas tecnologias.

Mas, de facto, como digo, não é negligenciável que já lá tínhamos metidos cerca de 60 milhões de euros, mas a questão que preocupou enormemente e que esteve na base da suspensão e de eu abordar o Governo e de perguntar «o que é que isto significa?» «Ah, não há uma situação clara...», foi o laivo de que ia verificar-se uma renegociação e um redesenho dos termos em que foram estabelecidos os acordos.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Resta-me agradecer ao Sr. Engenheiro Nuno Ribeiro da Silva por estas 5 horas e 15 minutos de audição bem como aos Srs. Deputados pelas questões colocadas e ao Sr. Engenheiro pelas respostas dadas.

O Sr. Eng.º **Nuno Ribeiro da Silva**: — Muito obrigado, foi com muito gosto e estou pronto para facultar alguma informação que seja necessário.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.
Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 14 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.